

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NA SALA DE AULA VIRTUAL

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO
E FABIANE CARNIEL

**A EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA NA
SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO
E O PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO
NA SALA DE AULA
VIRTUAL**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Dr. Mauro de Souza Ventura
Dr. Danilo Rothberg
Dr. José Carlos Marques
Dr. Marcelo Magalhães Bulhões
Dr. Murilo César Soares
Dra. Maria Cristina Gobbi
Dr. Juliano Maurício de Carvalho

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO
FABIANE CARNIEL

**A EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA NA
SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO
E O PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO
NA SALA DE AULA
VIRTUAL**

**CULTURA
ACADÊMICA**

Editora

© 2014 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

Cip – Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L993e

Luvizotto, Caroline Kraus

A educação a distância na sociedade da informação e o processo de comunicação na sala de aula virtual [recurso eletrônico] / Caroline Kraus Luvizotto, Fabiane Carniel. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Recurso digital

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-585-8 (recurso eletrônico)

1. Ensino à distância. 2. Internet na educação.
3. Educação – Recursos de rede de computador. 4. Livros eletrônicos. I. Carniel, Fabiane. II. Título.

14-18131

CDD: 371.35

CDU: 37.018.43

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 9

1 Sociedade da informação, comunicação
e educação 17

2 A Educação a Distância no cenário da
sociedade da informação 39

3 A sala de aula virtual: comunicação, ensino
e aprendizagem 57

4 O professor tutor na Educação a Distância:
interatividade e colaboração 81

5 Organização, comunicação e gestão na sala
de aula virtual 91

Considerações finais 115

Referências bibliográficas 119

Sobre as autoras 125

APRESENTAÇÃO

A obra *A Educação a Distância na sociedade da informação e o processo de comunicação na sala de aula virtual*, de autoria de Caroline Kraus Luvizotto e Fabiane Carniel, representa mais uma contribuição para as reflexões sobre a interface Comunicação e Educação.

O livro divide-se em cinco capítulos: 1. Sociedade da informação, comunicação e educação. 2. A Educação a Distância no cenário da sociedade da informação. 3. A sala de aula virtual: comunicação, ensino e aprendizagem. 4. O professor tutor na Educação a Distância: interatividade e colaboração. 5. Organização, comunicação e gestão na sala de aula virtual. Essa divisão assinala uma discussão sobre a EaD e sobre as relações de ensino e aprendizagem, relações estas inseridas em um contexto mais amplo na sociedade da informação. Além disso, tal discussão não pode dispensar sua relação direta e imediata com o debate contemporâneo sobre o campo da Comunicação e suas relações com o campo da Educação.

Nota-se claramente a proposta relevante desta obra e a problemática que ela traz nas relações de ensino e aprendizagem no ambiente virtual, uma vez que essa discussão

ultrapassa os limites da técnica e da instrumentalização e acaba por contribuir para um debate esclarecedor acerca das implicações metodológicas e teóricas da relação entre comunicação e educação.

É importante destacar que os desafios apresentados nesta reflexão sobre ensino e aprendizagem e EaD na sociedade da informação, por sua vez, relacionada à comunicação e à educação, merecem um olhar cauteloso e, sobretudo, atento e concatenado às discussões mais amplas vinculadas aos aspectos sociais, econômicos e culturais, pois, dessa forma, tem-se a possibilidade de não vulgarizar ou subutilizar ou, ainda, estar suscetível ao discurso hegemônico do mercado. Outrossim, deve-se estar atento a essas questões e investigar de que forma as relações de ensino e aprendizagem se dão no ambiente virtual, considerando que sujeitos encontram-se tanto no polo emissor quanto no receptor.

Considera-se que, nessa relação entre polos, as mediações culturais (Martín-Barbero) são de extrema relevância, uma vez que os sentidos culturais e de formação tomam seu espaço. Formação e tecnologias necessitam de aprofundamento epistemológico menos superficial para responderem à premência de uma investigação em níveis sempre profundos e essenciais de compreensão da cultura.

Finalmente, reitero as contribuições desta obra para um debate profícuo sobre essa relação entre Comunicação e Educação por meio da EaD e assinalo o lugar relevante da pesquisa para se pensar os movimentos da cultura e do sujeito inserido nela diante dos discursos hegemônicos e “salvadores”, entretanto, muitas vezes, opressores e rasos.

São Paulo, 25 de maio de 2014

Dr. Sergio Fabiano Annibal
Unesp – Campus de Assis

INTRODUÇÃO

Embora pareça lugar comum iniciar uma reflexão afirmando que a sociedade contemporânea passa por mudanças, não há como desvencilhar-se delas ao discutir aspectos acerca da comunicação, da educação e, especificamente, da Educação a Distância (EaD).

As mudanças sociais a que nos referimos são ocasionadas pela severa inserção das tecnologias informacionais na sociedade, o que tem propiciado a propagação da informação e da comunicação de forma bastante dinâmica e possibilitado a conexão da sociedade por meio de uma grande rede. Por esse motivo, alguns estudiosos, como Castells (2006), apontam a informação como matéria-prima dessa sociedade: “a geração, processamento e transmissão de informação tornam-se a principal fonte de produtividade e poder” (p.21).

Assim, sua matéria-prima, a informação, e seu suporte, as tecnologias de informação e comunicação (TICs), permeiam o cotidiano das pessoas. As relações sociais são diferenciadas e é possível ter acesso a informações que circulam no mundo todo, pois estão na rede.

Castells e Cardoso explicam o que é a sociedade em rede e sua dinâmica:

Em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (Castells; Cardoso, 2005, p.20)

Os autores esclarecem que os nós da rede envolvem as diversas esferas sociais que a compõem e se constituem tomando por base pontos comuns, e assim vão se interligando.

O que se depreende, a partir dessa organização social, é que, com o conhecimento cientificamente elaborado, também as relações sociais sofrem mudanças, visto que nessa sociedade a divulgação desses conhecimentos, em função da utilização das TICs, torna-se algo comum. Assim, o conhecimento mostra-se mais acessível e extrapola os limites das universidades e dos centros de pesquisa. O que se percebe é que a relação entre conhecimento e informação é um tanto quanto próxima, mas ainda existem diferenças consideráveis entre ambos. Kenski, ao expor a importância do uso das tecnologias no processo educativo, explica:

Interagir com as informações e com as pessoas para aprender é fundamental. Os dados encontrados livremente na internet transformam-se em informações pela ótica, o interesse e a necessidade com que o usuário os acessa e os considera. Para a transformação das informações em conhecimentos é preciso um trabalho processual de interação, reflexão, discussão, crítica e ponderações, que é mais facilmente conduzido quando compartilhado com outras pessoas. (Kenski, 2008, p.12)

A educação não está alheia a essa série de mudanças. Além do mais, uma das suas prerrogativas é preparar os

sujeitos para agir conscientemente em prol da sociedade em que estão inseridos. Assim, se a sociedade contempla a utilização constante dessas tecnologias, isso também deve ocorrer com o processo educativo. Sabemos que esse será um processo lento, pois haverá a necessidade de desmistificar a cultura inserida através de processos didáticos tradicionais, cujas tecnologias usuais eram apenas a lousa e o giz. Nesse cenário, figurava como hegemônica a aula expositiva.

Assmann (2000), ao tecer considerações sobre aspectos da aprendizagem na sociedade da informação, explica que “as tecnologias da informação e da comunicação se transformaram em elemento constituinte (e até instituinte) das nossas formas de ver e organizar o mundo” (p.10) e afirma que a novidade da utilização das tecnologias, na sociedade da informação, encontra-se na parceria existente entre técnica e cognição, algo que impulsiona a aprendizagem reflexiva.

Ao se falar em novas perspectivas para a aprendizagem, nos reportamos ao Ensino Superior. É importante ressaltar que uma considerável mudança nesse nível de ensino, nas últimas décadas, foi a alteração de seu caráter elitista, consagrado durante sua trajetória em nosso país. Sua constante expansão e abertura têm oportunizado o acesso e a formação de um número apreciável de sujeitos. Sua ampliação pode ser constatada ao se consultar os últimos censos da educação superior em nosso país.

O Censo 2011 registra um total de 6.739.689 matrículas de graduação, o que representa um incremento de 5,6% em relação a 2010. O total de ingressos, por sua vez, soma 2.346.695 vínculos, o equivalente a uma elevação de 7,5% em relação a 2010. Finalmente, o número de concluintes alcança o total de 1.016.713, sendo 4,4% superior à edição anterior. (Inep, 2013, p.48)

A Educação a Distância contribuiu para essa expansão, configurando-se como uma modalidade de ensino que se caracteriza basicamente pela separação entre tempo e espaço entre professores e alunos. No Brasil, embora essa seja uma modalidade já bastante antiga, teve como ponto de partida para a sua regulamentação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9.394/96, por meio, basicamente, do artigo 80. Na sequência, a legislação acerca da EaD foi ampliada para atender às necessidades de suas demandas.

Além de sua regulamentação, outro fator de destaque, em relação à EaD, é que suas gerações mais recentes apresentam metodologias permeadas pela utilização das TICs, que promovem maior aproximação e interação entre seus agentes, diante das possibilidades de comunicação que oferecem. Ainda, podem proporcionar estratégias de aprendizagem dinâmicas, interativas, colaborativas, que estejam relacionadas de forma mais adequada ao contexto social.

Encontram-se na literatura sobre a EaD algumas classificações para os modelos que fazem uso das TICs, dentre elas, educação on-line e educação via internet. Almeida (2003) explica que “a educação on-line é uma modalidade de educação a distância realizada via internet, cuja comunicação ocorre de forma sincrônica ou assíncrona” (p.332), ou seja, comunicação em tempo real ou não, a depender da ferramenta que se utiliza no processo comunicativo.

Alguns autores, como Maia e Mattar (2007) e Moore e Kearsley (2011), apontam a trajetória da EaD ao longo de gerações. Maia e Mattar citam três gerações: cursos por correspondência; novas mídias e universidade aberta; EaD on-line. Moore e Kearsley apontam cinco gerações: estudo por correspondência; estudo por meio de rádio e televisão; universidades abertas; teleconferências; EaD

via internet. É possível perceber que essas gerações são bastante semelhantes nas duas propostas, e que a mais recente é a que utiliza as TICs, estando assim em convergência com o paradigma social.

Com relação ao início da EaD on-line no Brasil, Guimarães (2007) explica que “a educação a distância, com a utilização de tecnologias como a internet e a videoconferência, surgiu na segunda metade da década de 1990” (p.142) e que, anteriormente, ela se destinava à oferta de cursos profissionalizantes, cursos livres, e ainda à complementação de estudos nos níveis Fundamental e Médio. As tecnologias mais utilizadas, nesses casos, eram a correspondência, o material impresso e o rádio e a televisão para a transmissão de aulas.

Considerando a trajetória da Educação a Distância, aproximando-se de um período mais recente, observamos que tal modalidade de ensino figura como importante meio de acesso ao Ensino Superior no Brasil. Alves (2009) considera que a metodologia da Educação a Distância é relevante socialmente, visto que permite o acesso ao Ensino Superior daqueles que, por vezes, foram excluídos do processo educacional, por estarem geograficamente afastados dos grandes centros.

Ainda, por meio dessa modalidade, a formação de professores tem se tornado uma realidade, assim como a possibilidade de educação continuada, por meio da oferta de cursos de especialização e de extensão universitária. Essa também é uma característica da Educação a Distância que se relaciona aos conceitos do paradigma da sociedade da informação, em que a educação continuada é uma necessidade constante.

Essas circunstâncias levam a crer que a EaD está cumprindo papel determinante na expansão e até mesmo na democratização do Ensino Superior brasileiro, o que a coloca como alvo de reflexão e discussão, de forma que os debates

garantam a sua qualidade, considerando a sua importância na formação de um contingente apreciável de indivíduos.

Além do fim da barreira entre tempo e espaço entre seus atores e da inserção das TICs como meio de viabilização da EaD, outras especificidades devem ser apontadas, inclusive no que diz respeito à sua organização, à estrutura física das instituições, às metodologias específicas para garantir o aprendizado dos alunos, o que exige um modelo de comunicação e de gestão educacional não convencional que atenda a essas peculiaridades.

Observamos que muitas são as responsabilidades dos que estão envolvidos com a Educação a Distância, em especial dos gestores, uma vez que seu trabalho deve contemplar uma série de ações que vão desde a implementação de sistemas e de cursos de Educação a Distância até a manutenção deles, tendo em vista o processo de comunicação na sala de aula virtual.

Tendo como ponto de partida a sociedade da informação e suas características, este livro objetiva analisar a relação entre as novas tecnologias de informação e comunicação e o ensino e a aprendizagem na sala de aula virtual, buscando compreender como se dá o processo de comunicação na atual geração da EaD e como se configura a gestão na sala de aula virtual.

A obra divide-se em cinco capítulos. No Capítulo 1 aborda-se a sociedade da informação, a comunicação e a educação, debatendo perspectivas para a comunicação e a educação a partir de uma reflexão sobre a produção do conhecimento.

No Capítulo 2 caracteriza-se e analisa-se a educação a distância no cenário da sociedade da informação, estabelecendo as suas principais dimensões e o seu alcance na sociedade contemporânea.

No Capítulo 3 são feitas considerações acerca da sala de aula virtual, partindo de dois processos fundamen-

tais: o de comunicação e o de ensino e aprendizagem. Para tanto, discutem-se as concepções da aprendizagem e o uso das TICs na Educação a Distância.

Na sequência, aborda-se o professor tutor. Ressaltam-se as principais características requeridas desse profissional, apontando-se como fundamentais a interatividade e a colaboração para alcançar a qualidade na EaD.

No Capítulo 5 faz-se uma análise da organização, comunicação e gestão da EaD. Apresenta-se a Educação a Distância sob a perspectiva dos documentos oficiais do MEC, a articulação entre organização, comunicação e gestão nos cursos dessa modalidade e, por fim, analisa-se o processo de comunicação na sala de aula virtual.

Esperamos, com esta obra, contribuir para a reflexão sobre a EaD no Brasil, suas perspectivas, e sobre a importante relação entre Comunicação e Educação, tão evidente nessa modalidade de ensino.

1

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Muito se discute sobre o conceito de sociedade da informação e sobre as concepções explícitas ou implícitas que apresenta. Diferentes correntes teóricas discutem até mesmo sua denominação, assim como sua validade e seus efeitos. Nesse debate, encontram-se seus defensores e entusiastas, bem como seus algozes.

Baseamo-nos nas ideias de diferentes autores que fazem menção a um novo paradigma social ocasionado pela inserção das tecnologias de informação e comunicação e utilizam diferentes classificações para tal sociedade. Neste livro, adotaremos o termo “sociedade da informação”, por ser mais comumente utilizado na literatura.

É importante salientar que compartilhamos as percepções que analisam esse paradigma do ponto vista social, e não apenas econômico, como forma de dominação por parte das nações mais hegemônicas. Vários estudiosos, como Castells, Takahashi, Lévy, entre outros, já vislumbravam as características e os efeitos de tal sociedade e, atualmente, confirma-se o que apontaram. Não a entendemos como um modismo, mas sim como um fenômeno social, com várias implicações, positivas ou negativas.

Ressaltamos ainda que o termo “sociedade da informação” será utilizado neste livro principalmente para referir-se a uma demarcação temporal, ou seja, ao período histórico a que nos reportamos, assim como a um paradigma inegavelmente instaurado e aceito pela maioria dos cidadãos.

Escolhemos compreender melhor esse paradigma porque, concomitantemente a essas mudanças, ocorreu um processo de expansão nunca visto antes, durante toda a trajetória da Educação a Distância, tendo em vista a impulsão que as tecnologias de informação e comunicação deram a essa modalidade de ensino.

Diante disso, neste capítulo apresentamos as características da sociedade da informação do ponto de vista da Sociologia e das Teorias da Comunicação, considerando não as concepções tecnicistas, mas sim as implicações sociais do paradigma em questão. Outro ponto de reflexão será a relação entre informação e conhecimento, visto que ambos, nesse paradigma, atingem níveis de divulgação maiores do que em outros períodos históricos. Por fim, apresentamos a relação entre essa sociedade e a educação, em especial, a Educação a Distância, descrevendo-a e analisando-a a partir da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Sociedade da informação e as perspectivas para a comunicação e a educação

De acordo com Werthien (2000), a expressão “sociedade da informação” tem sido utilizada no lugar do complexo conceito de “sociedade pós-industrial” e como forma de conceituar um “novo paradigma técnico-econômico”, pautado na disseminação da informação, proporcionada pelas novas tecnologias de comunicação em rede e colaborativa. O autor explica que as transformações em direção

a essa sociedade, ainda que em estágio mais avançado nas economias mais desenvolvidas, também se configuram como dominantes em países menos industrializados, caracterizando de modo mais intenso o paradigma da tecnologia da informação.

Inseridos nesse novo modelo socioeconômico, muitas vezes não nos damos conta da realidade dessa sociedade. Por meio de uma série de equipamentos tecnológicos, como celulares e computadores portáteis, a informação propaga-se em uma velocidade incrível, não imaginável há trinta ou quarenta anos. Fatos ocorridos em diferentes locais, separados por uma distância considerável, são divulgados e socializados em fração de segundos, bem como imagens e manifestações a eles relacionadas. Pagar contas, comprar, estudar e ensinar, associar-se a grupos sociais, culturais ou políticos, votar ou manifestar-se sobre os mais diversos assuntos são algumas entre outras ações que podem ser feitas sem a necessidade de deslocamento de um lugar a outro. Essa rotina remete à realidade, que nos cerca por todos os lados, de situações mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação que caracterizam a sociedade da informação.

Esse novo paradigma tem, segundo Castells (2006), algumas características fundamentais: “a informação é sua matéria-prima, os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade, predomínio da lógica de redes, flexibilidade, crescente convergência de tecnologias” (p.108-9). Ao se referir à matéria-prima dessa sociedade, o autor faz uma relação fundamental entre informação e tecnologia. Aponta que se trata das tecnologias atuando sobre a informação, e não apenas a informação atuando sobre as tecnologias, como ocorreu em revoluções tecnológicas anteriores, como no caso da Revolução Industrial.

O autor destaca que não podemos negar a forte influência da informação no paradigma dessa sociedade.

Contudo, outras sociedades, em outros momentos de troca de paradigmas, também valeram-se dessa relação entre tecnologia e informação, mas de forma diferente. Primeiramente utiliza-se a informação e o conhecimento, muitas vezes do senso comum, para criar novas tecnologias. Nesta sociedade, ocorre um processo inverso. Segundo Castells (2006), “a primeira Revolução Industrial, apesar de não se basear na ciência, apoiava-se em um amplo uso de informações, aplicando e desenvolvendo os conhecimentos preexistentes” (p.68).

Outra característica por ele apontada refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Tal penetrabilidade deve-se ao fato de que a comunicação é uma característica inerente ao ser humano e que estaria moldada pelos meios tecnológicos.

O autor destaca ainda a organização da rede, ou seja, uma lógica que parece propícia à comunicação coletiva. Essa lógica organiza a comunicação de forma que se mantenha flexível. Flexibilidade, inclusive, é outra característica apontada por ele. Afirma que os processos são passíveis de reversão sem implicar a destruição do que já está feito, o que pressupõe a constante capacidade de reorganização do sistema em rede.

Castells (2006) também aponta como característica dessa sociedade a convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. Refere-se à integração das tecnologias nas várias áreas do saber, que figuram como constantes para a produção de conhecimento.

Ao analisar as características mencionadas pelo autor, apontamos a internet, rede de comunicação interligada por computadores, e outras tecnologias de informação, em escala mundial, como itens primordiais no estabelecimento desse paradigma da sociedade da informação, visto que essa rede é a grande responsável pela interligação e disseminação do processo comunicativo entre as nações, e

mesmo as menos desenvolvidas, ainda que em menor proporção, têm acesso a ela. Para Takahashi (2000), a internet revela-se singular, se comparada com outros serviços, devido à sua velocidade de disseminação, situação que ocorre até mesmo nos países menos desenvolvidos. Estes, ainda que com dificuldades, por meio da propagação da rede interligam-se aos demais países. Por isso, o autor considera a internet como meio estratégico de desenvolvimento desses países.

É possível também relacionar as ideias de Takahashi (2000) com as de Lévy (1999), que observa que a internet não resolverá todos os problemas das nações como se fosse mágica, mas considera que esse movimento deve ser explorado positivamente. O autor ressalta que é preciso reconhecer dois fatos primordiais. O primeiro diz respeito ao intenso crescimento desse movimento no qual as pessoas, principalmente os mais jovens, descobriram novas formas de comunicação que antes não eram possíveis por meio das mídias tradicionais; essa comunicação caracteriza-se por ser em rede, isto é, coletiva. Em segundo lugar, ressalta que, diante da abertura desse novo espaço de comunicação, será possível aproveitar as potencialidades desse movimento no plano econômico, social, cultural e humano.

Isso nos leva a pensar realmente em um novo paradigma social, em que instituições diversas serão atingidas pelas suas intencionalidades, e que estas serão positivas, negativas e repletas de desafios, como em qualquer paradigma. No percurso histórico da humanidade, as diferentes tecnologias utilizadas em cada sociedade foram cruciais para demarcá-las.

Lévy (1999), ao tecer considerações acerca dessa sociedade em que as tecnologias informáticas funcionam como mola propulsora, apresenta os conceitos de cibercultura, ciberespaço e inteligência coletiva, conceitos que também podem ser considerados características da sociedade da

informação. Para ele, a cibercultura constitui a cultura desenvolvida no ciberespaço, e este é o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (p.92). Essas definições nos levam a crer que se trata, então, de uma cultura desenvolvida a partir de um novo espaço, em que a comunicação em rede, proporcionada pela internet, é sua matéria-prima primordial.

Sobre o conceito de inteligência coletiva, o autor explicita que ela se refere aos conjuntos de funções cognitivas, como memória, percepção e aprendizado compartilhado mutuamente entre sujeitos, instituições, enfim, comunidades diversas. Ressalte-se, acerca desse conceito, que o autor considera que esse conjunto de cognições pode ser ampliado à medida que se utilizam aparatos tecnológicos e externos ao seres humanos, como as tecnologias de informação e comunicação e principalmente a internet, que permite a comunicação em rede.

Assim, instituições variadas, bem como os próprios sujeitos, promovem uma relação mútua entre comunidades diferentes, basicamente no que diz respeito à informação, a qual, por sua vez, conforme vai sendo selecionada e aprimorada, pode se transformar em conhecimento.

Podemos interligar os conceitos apresentados por Lévy (1999) e Castells (2006) às concepções de Takahashi (2000), ao afirmar que a sociedade da informação não é um modismo, visto que representa mudanças consideráveis na organização social e econômica. O autor ainda afirma que essa sociedade fundamenta-se na perspectiva de um “fenômeno global”, devido ao seu caráter informacional, o qual, de alguma forma, altera a estrutura das organizações também por conta da sua “dimensão político-econômica”, considerando que essas mudanças, pelo seu caráter coletivo, poderão atingir núcleos regionais ou sociais mais distantes.

Essa concepção complementa-se com as palavras de Lévy (1998), ao salientar que as redes informáticas das organizações estão repletas de informação e que gerenciá-las é fundamental. À medida que o processo tecnológico avança, algumas funções são eliminadas, enquanto outras são criadas, e, assim, os “engenheiros do conhecimento e promotores da evolução sociotécnica das organizações serão tão necessários quanto especialistas em máquinas” (p.133).

Diante disso, com base na discussão até aqui realizada, é possível afirmar que homem e máquina iniciam uma coexistência menos técnica, pautada em uma ligação menos mecânica. Há que se dizer que a informação é produzida pelo homem, é resultado de suas experiências, de sua relação com o mundo e com as coisas do mundo, é o relato e a exteriorização de suas ideias, anseios e necessidades. A partir do momento em que a máquina é utilizada também para divulgar essa existência humana, ela pode auxiliar no processo de aceitação das diferenças, pois será mais simples e mais sociável compreender por que existem.

Ainda com base nesse princípio, podemos afirmar que esse processo gera conhecimento a partir dos preceitos e diretrizes da ciência, o que o transforma em conhecimento científico. Esse procedimento de formação dos sujeitos a partir do conhecimento científico é de grande valia para o desenvolvimento das nações e para a diminuição das desigualdades. Isso nos leva a imaginar que essa sociedade pode viabilizar o acesso ao conhecimento de forma mais democrática e menos excludente. Contudo, mesmo diante de boas perspectivas, é necessário fazer uma ressalva: deve-se ter cautela e não deixar-se levar pela sedução e alienação que o uso exagerado e sem reflexão das tecnologias pode ocasionar.

Deve-se ressaltar que, para estar inserido nessa sociedade, entre outros fatores, é preciso ter acesso à internet.

No Brasil, essa rede ainda é mantida por organizações particulares, e o cidadão precisa pagar pelo acesso, salvo algumas exceções. Esse já pode ser um primeiro fator de reflexão que coloca à prova o conceito de abertura da internet.

Diante disso, talvez tenhamos traçado um primeiro grande desafio para essa sociedade. O conceito de abertura da rede é uma das primeiras questões que deve ser pensada em âmbito nacional e elencada nas discussões das políticas públicas. Além disso, essa sociedade fundamenta-se no desenvolvimento e na utilização das tecnologias de informação e comunicação, cujo custo ainda é relativamente elevado, embora algumas delas tenham se popularizado consideravelmente, como os celulares e os computadores portáteis.

Para que tal sociedade não se torne excludente, é preciso pensar nas tecnologias como meio de democratização, que possam ser acessíveis àqueles que estão mais distantes dos grandes centros, de forma que a informação, principal matéria-prima dessa sociedade, também se torne disponível a essas pessoas e elas tenham condições de transformá-la em conhecimento. Para Takahashi (2000), as tecnologias da informação devem ser utilizadas para a democratização dos processos sociais. Considerando que a inclusão social pressupõe formação para a cidadania, essas tecnologias podem ser envolvidas no processo, de forma que fomente a transparência de políticas e ações de governo, que mobilize os cidadãos para uma participação mais ativa na sociedade, e que esse movimento proporcione maior integração entre sociedade e escola.

A questão da possibilidade de maior índice de exclusão dos sujeitos nessa sociedade da informação é objeto de discussão e reflexão nas obras dos autores que tratam o tema. Consideramos que é preciso muita prudência para proporcionar o acesso às informações a essa grande rede

comunicativa que se estabelece como principal característica dessa sociedade. Lévy (1999) apresenta uma reflexão que pode ser considerada fundamental no que se refere a equiparar de forma mais justa as desigualdades sociais. Para ele, não são os menos favorecidos que rejeitam a internet, mas sim aqueles que gozam de privilégios culturais cujo monopólio da informação e do saber encontra-se ameaçado.

Essa proposição nos remete a um passado no qual o acesso à educação era privilégio de poucos, a leitura e os livros pertenciam a uma parcela bastante reduzida e seleta da população. O conhecimento científico era restrito e as descobertas aconteciam de forma bem mais lenta. O processo de evolução dessas sociedades também ocorria com lentidão. Nessa perspectiva, podemos citar o próprio advento da prensa de Gutenberg,¹ que revolucionou a forma de disponibilizar a informação, causando grande impacto no meio social.

Ainda, ressaltamos que a sociedade da informação apresenta muitos desafios. Lévy (1999) aponta os tropeços que podem ocorrer no universo do ciberespaço. O autor enumera uma série de problemas decorrentes da progressão dessa cultura em rede: o isolamento e a sobrecarga cognitiva; a dependência, considerando os perigos do vício na navegação, em jogos virtuais e outros conteúdos; a questão da dominação que pode ser exercida pelas grandes potências sobre a rede, principalmente no que se refere ao seu poder decisório em relação aos demais países; a questão da exploração, no que se refere ao trabalho vigiado; e a bobagem coletiva, conjunto de conteúdos

1 O alemão Johann Gutenberg teve seu nome marcado na história por ser o inventor da prensa tipográfica. Tal evento teve grande relevância na época, visto que revolucionou a forma de comunicação. Esse invento barateou o livro, tornando a cultura acessível a maior número de pessoas.

disponibilizados em rede de utilidade irrelevante e que pouco agregam para os sujeitos ou as instituições.

Além dos aspectos negativos apontados pelo autor, outros problemas podem ser incorporados à sua relação. Novas formas de estelionato, golpes e violência foram instauradas por meio da rede, além de novos modos de relacionamento e conflito entre grupos com ideologias diferentes, novos problemas psicológicos, alguns ocasionados pela própria ansiedade de não saber lidar com o excesso de informação a que se tem acesso.

Ao dar continuidade a essa discussão e expor suas considerações acerca da inteligência coletiva no ciberespaço, Lévy apresenta uma metáfora interessante: para ele, a inteligência coletiva assemelha-se a um fármaco que ao mesmo tempo é remédio e veneno.

Novo *pharmakon*, a inteligência coletiva que favorece a cibercultura é ao mesmo tempo um veneno para aqueles que dela não participam (e ninguém pode participar completamente dela, de tão vasta e multiforme que é) e um remédio para aqueles que mergulham em seus turbilhões e conseguem controlar a própria deriva no meio de suas correntes. (Lévy, 1999, p.133)

Relacionando essas ideias ao campo educacional, pode estar emergindo um novo papel para a educação e os professores nessa sociedade. O professor teria o papel de guia de seus alunos nesse infinito universo do ciberespaço, de forma a ajudá-los a usufruir do que a rede tem de melhor. Professores, alunos e demais envolvidos na educação, agindo no sentido de selecionar as formas e usos dessa inteligência coletiva, também estariam participando de um processo de inclusão na sociedade da informação.

A instituição escolar, talvez até mais do que em outras épocas, teria papel fundamental nessa sociedade, porque

a matéria-prima dela é a informação, que pode ser transformada em conhecimento, e o conhecimento é a matéria-prima da escola.

É fato que o conhecimento não se encontra apenas no interior da instituição escolar. Contudo, ao longo do seu processo de construção, essa instituição sempre foi a principal responsável por ele. Mais uma vez, cabe aqui uma ressalva: nessa sociedade, de forma intensa, o conhecimento encontra-se bem além da escola, graças à sua capacidade de circulação na rede. Diante disso, novos processos serão criados, e a escola, assim como o processo de ensino e aprendizagem que ocorre dentro dela, sofrerão alterações significativas, seja de forma organizada, sistematizada por seus atores e partícipes, seja por um processo de imposição do novo paradigma emergente. Assim, compreender a relação entre o conhecimento e a informação, nessa sociedade, é de grande valia para a discussão em questão.

O conhecimento na sociedade da informação

O conhecimento é o resultado da procura do homem, através dos séculos, de desvendar o mundo, de compreender o meio em que vive para fins diversos. Podemos afirmar que o conhecimento é um processo histórico e infundável, visto que acompanha o homem ao longo da sua existência.

Definir conhecimento não é tarefa simples, por se tratar de uma questão filosófica, e até mesmo de cunho abstrato, uma vez que suas interpretações podem variar. Neste livro, apresentaremos algumas definições, visto que, com o advento da sociedade da informação, os termos “conhecimento” e “informação” têm sido emprega-

dos de modo generalizado e como sinônimos. Além disso, conhecimento e informação têm figurado nesse paradigma como recursos econômicos e fator de desenvolvimento social.

Para Ferreira (2000), conhecimento “é o ato ou efeito de conhecer, informação ou noção adquirida pelo estudo ou pela experiência”. Conhecer é “ter noção ou conhecimento de, ser muito versado em, saber bem, ter relações e convivência com, travar conhecimento com, reconhecer, apreciar, avaliar [...] ter grande saber ou competência” (p.176).

De acordo com Castells (2006), “o conhecimento é um conjunto de declarações organizadas sobre fatos ou ideias, apresentando um julgamento ponderado ou resultado experimental que é transmitido a outros por intermédio de algum meio de comunicação de alguma forma sistemática” (p.64).

Kenski (2008) explica que as informações com as quais os sujeitos têm contato por meio da internet constituem-se em conhecimento a partir do objetivo e da necessidade de cada um, mas ressalta que os mecanismos utilizados na compreensão e interpretação dessas informações fazem toda a diferença. Considera que a interação é uma forma fundamental para a transformação de informação em conhecimento: “as trocas entre colegas, os múltiplos posicionamentos diante das informações disponíveis, os debates e análises críticas auxiliam a compreensão e elaboração cognitiva do indivíduo e do grupo” (p.12).

A informação, para Ferreira (2000), é o “ato ou efeito de informar-se, informe, dados acerca de alguém ou algo, instrução direção, conhecimento extraído de algo, resumo de dados”.

Pinheiro (2004) explica que a informação é o objeto de estudo da Ciência da Informação e, por tal motivo, relaciona-se com os conceitos e conhecimentos da área, o que

dificulta defini-la e medi-la. Tal proposição nos leva a inferir que se trata de termo de ampla significação, pois a informação acabou tornando-se objeto de estudo da ciência.

Analisando as concepções acerca de conhecimento e informação, compreendemos que o conhecimento está relacionado ao amplo processo de interação do indivíduo com o mundo que o cerca, um processo contínuo de questionamentos, análises e reflexões, ainda que esse conhecimento aconteça pela experiência dos sujeitos.

Na concepção de Moran (2012), o processo de construção do conhecimento não pode ser fragmentado, e sim interdependente, interligado, intersensorial. Para ele, conhecer significa identificar todas as dimensões da realidade, ou seja, a totalidade dos conceitos, reconhecer as coisas do mundo de forma integral, e entende que “conhecemos mais e melhor conectando, juntando, relacionando, acessando o nosso objeto de todos os pontos de vista, por todos os caminhos, integrando-os da forma mais rica possível” (p.18).

Embora conhecimento e informação possuam uma relação intrínseca, trata-se de elementos diferentes. A informação pode gerar conhecimento desde que o sujeito tenha a capacidade de moldá-la por meio de um processo cognitivo de observação, análise, reflexão, julgamento e crítica. Pinheiro (2004) afirma que há uma relação profunda entre conhecimento e informação, mas ressalta que tais termos não são sinônimos e que essa é uma questão recorrente na literatura.

Na sociedade da informação, esse processo crítico e de julgamento torna-se mais latente, visto que a quantidade de informação sobre determinado assunto é vasta. Portanto, nessa sociedade, adquirir informação é processo relativamente simples, contudo, transformá-la em conhecimento é processo que envolve outras implicações.

No ensino tradicional, por exemplo, o aluno é o receptor das informações transmitidas pelo professor, que figu-

ra como autoridade em relação ao saber. Esses sujeitos não interagem num processo de discussão e validade das informações transmitidas, o que torna o processo monótono e estático, levando somente ao acúmulo de informações, e não à construção de conhecimentos.

O processo de aquisição de conhecimento requer o desenvolvimento de muito mais habilidades do que o processo de aquisição de informações. Para adquirir informação, utilizamos técnicas e aparatos tecnológicos; para adquirir conhecimento, necessitamos de muito mais do que isso.

Moran (2012) alerta que, na sociedade da informação, a demanda por respostas rápidas ou instantâneas cresce cada vez mais. Do mesmo modo, tem-se a constante necessidade de respostas sintéticas e breves, nas quais o envolvimento e a análise são descartados. Trata-se de uma característica dessa sociedade, porém essa rapidez, para o autor, nos “leva a conclusões previsíveis, a não aprofundar a significação dos resultados obtidos, a acumular mais quantidade do que qualidade de informação, que não chega a transformar-se em conhecimento efetivo” (p.21).

Ao transpor essa ideia para o contexto escolar, pode-se dizer que somente a informação não gera conhecimento, principalmente o conhecimento científico, que pode ser apontado como uma das incumbências da educação formal, a qual, por sua vez, é de responsabilidade da escola. Para Vademarin (1998), a escola deve ser responsável pela transmissão de conhecimento científico, haja vista que tal conhecimento é construído por meio da descrição objetiva dos fenômenos do mundo e vale-se de métodos que os comprovem, o que, na concepção da autora, afasta dimensões subjetivas e de cunho pessoal.

A partir dessas proposições, compreende-se que o papel do professor é fundamental diante da miscelânea de informações a que se tem acesso por meio da internet.

Ele deve participar ativamente da aprendizagem colaborativa, selecionando e criando diretrizes para que o acesso à informação seja lapidado, de maneira que se produzam novos conhecimentos com base científica. Retomemos o conceito de Lévy (1999) sobre inteligência coletiva e sua possibilidade de ser, ao mesmo tempo, veneno e remédio: é preciso que o professor esteja apto a mediar a administração desse *pharmakon* para que seus alunos não sofram os efeitos colaterais.

Takahashi (2000) destaca que, com a ampliação da internet, consideráveis acervos de informações sobre temas diversos, que o autor denomina de acervos de conteúdo, estão disponíveis a todos aqueles que tenham acesso à rede. Ele afirma também que a quantidade de informações disponíveis em rede pode representar uma forma de influenciar e posicionar determinada sociedade no contexto da sociedade da informação, e, nessa perspectiva, deve-se manter ainda a identidade nacional. Destarte, afirma que a “questão estratégica nas políticas e programas de inserção na sociedade da informação é – além de cuidar do uso adequado das tecnologias – aumentar a quantidade e a qualidade de conteúdos nacionais que circulam nas redes eletrônicas e nas novas mídias” (p.8).

Lévy (1999) observa que o conhecimento, a partir do século XX e principalmente nessa sociedade, tornou-se “intotalizável, indominável”. Ele explica que, quando Diderot e D’Alembert² publicaram sua *Encyclopédie*, somente um pequeno grupo de pessoas dominava a tangência desses conhecimentos e o julgamento acerca deles, e o conhecimento seria totalizável, adicionável.

2 No século XVIII, Diderot e D’Alembert organizaram a primeira obra que colocava ao alcance dos leitores o conjunto dos conhecimentos filosóficos e científicos disponíveis na época. Era o início de uma revolução intelectual.

A organização e a sistematização do conteúdo disponibilizado na rede são fundamentais. Também é importante que os sujeitos saibam como acessar esses conteúdos, bem como selecioná-los e avaliá-los, de forma que sejam úteis para o seu desenvolvimento individual e social.

No que se refere ao acesso à internet no Brasil, de acordo com o Ibope (2012), o total de pessoas com acesso chegou à marca de 94,2 milhões no segundo trimestre de 2012, considerando uma faixa etária de 16 anos ou mais que acessa a rede de seu domicílio, trabalho, escola, *lan house* e outros locais, e crianças e adolescentes de 2 a 15 anos que acessam a rede em seus domicílios.

Segundo o instituto, caso não sejam computados os números referentes ao acesso de crianças entre 2 e 15 anos, “o número total com acesso no Brasil seria de 85,3 milhões no terceiro trimestre de 2012, representando crescimento de 2,4% sobre os 83,4 milhões do trimestre anterior e de 8,8% sobre os 78,5 milhões do terceiro trimestre de 2011” (Ibope, 2012).

Ainda, de acordo com dados levantados pelo instituto, entre as categorias com maior incidência de acesso destacam-se: as companhias aéreas, com aumento mensal de 11,4%; as de pagamento de seguro de compras on-line, com aumento de 5,4%; as de informações e produtos para animais domésticos, com crescimento de 14,1%.

Embora os números supracitados pareçam vultosos, Neri (2012), ao traçar o mapa da inclusão digital, considera que eles indicam que “o Brasil está exatamente em cima da média mundial de acesso à internet” (p.15) e menciona o fato de que existem cidades em que o acesso é quase nulo, como em Aroeiras, no Sertão do Piauí.

Para Niskier (2009), muitas ações ainda são e serão necessárias para que o Brasil faça parte, de fato, da sociedade da informação. O autor considera que, embora os números de acesso à internet tenham crescido, “preci-

samos considerar que somos uma população de 180 milhões de brasileiros” (p.29). Ele ressalta que a maioria dos jovens que possui acesso à rede é proveniente de escolas particulares, o que indica que, em termos de inclusão digital, muito ainda precisa ser feito. Outro dado que deve ser considerado, na concepção do autor, é a quantidade de cidades que ainda não dispõem de energia elétrica no país, o que impede o acesso.

Mesmo diante dessa realidade, não se pode negar a constante mobilização das pessoas ao conhecimento da rede, bem como o acesso a ela. Além disso, a rede é utilizada constantemente para a simples procura de dados, de informações, e também para pesquisas mais complexas.

Essa situação, por sua vez, gera outro ciclo. Muitas pessoas e instituições veem-se motivadas a disponibilizar conteúdos diversos, confiáveis e de qualidade na internet. Isso gera a procura por esses conteúdos e a integração, principalmente no que se refere à pesquisa de cunho científico. Os bancos de dados de universidades, de centros de pesquisa e de grandes bibliotecas estão disponíveis para a consulta por pessoas de todas as partes do mundo.

Conhecimento e informação não são a mesma coisa, mas, com certeza, o conhecimento receberá um tratamento bastante diferenciado a partir desse modelo em que a informação se constitui como base da sociedade. De acordo com Lévy:

Devemos construir novos modelos de espaço dos conhecimentos. No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em “níveis”, organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes “superiores”, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se organizando de acordo com os objetivos ou o contexto,

nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva. (Lévy, 1999, p.158)

O que se vê é uma forte convergência para a divulgação científica por meio de periódicos eletrônicos e outras formas de disponibilização de dados. O próprio conceito de biblioteca tem sofrido alterações e inovações. Segundo Takahashi:

Biblioteca digital: biblioteca cujos conteúdos estão em forma eletrônica e digital e são acessados localmente ou por meio de redes de comunicação.

Biblioteca virtual: serviço que reúne informações antes dispersas, que são capturadas, organizadas, sistematizadas, integradas e disponibilizadas em rede. Consiste de dados e metadados relativos a documentos, pessoas, instituições, serviços e objetos, existentes nas mais diversas formas. As informações podem ser apresentadas mesclando texto e multimídia (imagem, som e vídeo). (Takahashi, 2000, p.166)

O que se percebe é que muitos preconceitos em relação à divulgação do saber têm sido superados à medida que surgem novos meios de divulgação, os quais apresentam uma publicidade apreciável, visto que são de livre acesso, na maioria das vezes. A digitalização dos acervos das bibliotecas ainda esbarra na questão dos direitos autorais, discussão que ainda está longe de terminar. Mesmo assim, o acesso está cada vez mais facilitado. É comum as próprias bibliotecas (a instituição física) apresentarem formas distintas de acesso a bancos de dados especializados para a divulgação de trabalhos científicos diversos.

Esse processo traz uma dinâmica diferente à instituição escolar, pois torna as formas de pesquisa muito mais viáveis, permitindo ao professor colocar em prática novas

metodologias. Behrens (2012), ao falar em novas metodologias na sociedade da informação, defende o ensino por meio da pesquisa e aponta a facilidade e diversidade que ela pode ter com a busca por meio da rede.

Além disso, pela velocidade de disponibilização, os estudos divulgados por meio da indexação de bancos de dados eletrônicos comumente são mais atuais do que aqueles divulgados por meios impressos.

No Brasil, importantes iniciativas têm se concretizado para a socialização dos conhecimentos produzidos, seja nos limites das universidades ou fora delas. Dentre essas iniciativas, pode-se mencionar o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o site da Biblioteca Nacional, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Scientific Electronic Library Online (SciELO) entre outras.

De acordo com o IBICT (2012), sua missão é “promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico”. Tal instituto vem sendo referência na democratização do conhecimento e colocado o Brasil entre os principais países no que se refere ao registro digital no mundo. Contribui ainda diretamente para “disseminar o conhecimento científico-tecnológico, como o repasse de tecnologia para universidades criarem repositórios digitais que armazenam e preservam produções científicas”.

Também é por meio do esforço do IBICT que se materializa um acervo de conteúdos relacionados ao conhecimento em rede. Trata-se da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que, a partir de um consócio com universidades, disponibiliza, de forma gratuita e de fácil acesso, o conteúdo das pesquisas realizadas nos programas de mestrado e doutorado dessas instituições.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos. (IBICT, 2012)

O instituto coleta e disponibiliza apenas os metadados (título, autor, resumo, palavras-chave etc.) das teses e dissertações; o documento original permanece na instituição de defesa. Dessa forma, a qualidade dos metadados coletados e o acesso ao documento integral são de inteira responsabilidade da instituição de origem.

Tendo em vista que a divulgação técnico-científica é fator primordial para o desenvolvimento econômico e social, visto que pode mobilizar a instituição de políticas públicas, aprimorar e contribuir para novas práticas profissionais, o SciELO (2013) defende a ideia de que “o resultado da pesquisa científica é comunicado e validado principalmente através da publicação em periódicos científicos”. Essa biblioteca eletrônica caracteriza-se pelo fato de ser “modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe” (SciELO, 2013).

Neste momento, parece importante resgatar as ideias de Lévy (1998) ao explicitar que as relações entre os homens, o trabalho e a própria inteligência estão sendo alteradas com a utilização das tecnologias da informação e que a pesquisa científica também não poderá mais ser concebida sem a utilização desses aparatos.

Retomamos aqui a ideia de que conhecimento e informação apresentam diferenças, as quais precisam ser de-

batidas para que o conhecimento, elaborado e construído pelos homens, não seja banalizado, diante do seu processo de construção e da sua importância para a libertação deles, independente da sociedade em que se inserem. Além disso, na sociedade atual, mais do que nas anteriores, os conceitos de informação e conhecimento se relacionam, e a socialização do conhecimento, por meio das tecnologias de informação e comunicação, pode ser a força motriz desse novo paradigma.

Relacionando essas ideias ao processo educativo, podemos afirmar que antigas práticas não deverão perdurar. Professores e alunos precisarão assumir novas posturas.

2

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CENÁRIO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

De acordo com Takahashi (2000), a sociedade da informação pressupõe educação continuada e ao longo da vida, para que o indivíduo possa acompanhar o processo de mudança ocasionado pelas tecnologias, principalmente aquelas relacionadas à informática. Sua dinâmica também pressupõe a educação como possibilidade de constante inovação por parte dos sujeitos.

Ao falar da importância da educação na sociedade da informação, o autor ressalta as dificuldades vivenciadas no Brasil em relação à educação básica, entre elas, o fato de ainda não ter sido erradicado o analfabetismo, que permanece principalmente nas regiões mais carentes do país, e afirma que “o desafio é duplo: superar antigas deficiências e criar as competências requeridas pela nova economia” (Takahashi, 2000, p.7).

O autor aponta exatamente a via tecnológica como uma possibilidade para o enfrentamento dessas dificuldades, visto que a comunicação em rede permite atingir maior número de pessoas e chegar até as comunidades mais distantes. Salienta ainda que a capacitação dos pro-

fessores, tanto em relação a novas metodologias de ensino quanto ao preparo para lidar com elas, é fundamental e, paralelamente, é necessária a produção de conteúdo local e em português.

Para Behrens (2012), vivemos um momento histórico em que o acúmulo de informações em todos os segmentos é vertiginoso, assim como a capacidade de seu armazenamento. Esse ciclo gera a necessidade de aprender a acessar a vasta gama de dados disponíveis.

Considerando as ideias desses autores, depreende-se que é preciso sistematizar a produção do conteúdo, de forma que ele tenha teor científico e contribua para a disseminação não somente da informação, mas do conhecimento, e que este conhecimento permita expor a cultura das comunidades e dos povos que se relacionam nessa grande rede. Além disso, a disponibilização desse tipo de conhecimento faz diminuir o processo histórico e excludente de disseminação do conhecimento.

Esse não é um caminho simples de seguir, e a real inserção de um número considerável de sujeitos na sociedade da informação depende de uma série de fatores. A criação de políticas públicas constitui um ponto de partida, assim como o envolvimento da instituição escolar, uma vez que a escola tem a função de formar para a sociedade. Embora, como exposto anteriormente, a média de acesso à internet no Brasil pareça expressiva, na realidade ainda não é e revela que, na maioria dos casos, o índice significativo de acessos encontra-se reunido nos grandes centros econômicos do país, daí a necessidade de instauração de políticas públicas. Como ressaltamos, um novo paradigma, para uma nova sociedade, com a superação de antigos e obsoletos modelos, deverá acontecer.

Behrens (2012) ressalta que a economia globalizada, a forte influência das tecnologias comunicacionais e uma

mudança de paradigma na ciência¹ demarcam um novo momento, em que o ensino nas universidades não pode pautar-se em práticas pedagógicas conservadoras, repetitivas e acríticas. No caso das nações em desenvolvimento, esse caminho de superação de modelos ultrapassados mostra-se mais sinuoso, considerando que ainda não foram superados problemas mais simples como saneamento básico e analfabetismo, entre outros, como apontado por Takahashi (2000). Contudo, será preciso caminhar no sentido de transpor as antigas e novas barreiras, estas impostas pelo paradigma emergente.

Tais barreiras poderão ser transpostas graças às novas possibilidades que as tecnologias e a informação podem proporcionar às instituições, inclusive à escola, na sociedade da informação. As práticas e metodologias de ensino podem ser renovadas, maior número de pessoas pode ser envolvido no processo educativo, problemas ocasionados por questões geográficas podem ser amenizados, a capacitação de professores pode ser uma constante, a troca de experiências entre as instituições formais e não formais de educação pode ser intensificada graças à abrangência da rede comunicacional possibilitada pela internet.

Esse seria um dos resultados da inteligência coletiva explicada e exemplificada por Lévy (1999). Também Takahashi (2000) aponta a educação como cerne para a construção de uma sociedade baseada na informação, no

1 O autor refere-se à refutação do paradigma cartesiano, o qual surgiu após Newton concretizar o método racional e dedutivo de Descartes. Caracteriza-se pela fragmentação do objeto de estudo em pequenas partes e sustenta-se na ideia de que, a partir da desmembração e análise delas, conhece-se o todo. Com isso, influenciou fortemente a ciência e seus métodos, contudo, essa fragmentação acabou causando sérios problemas, pelo fato que o todo e sua complexidade foram sendo relegados a segundo plano. Diante disso, novos paradigmas foram surgindo, em contraposição ao modelo cartesiano.

conhecimento e no aprendizado. Behrens (2012) entende que professores e alunos precisam organizar-se para obter o acesso às informações, em um processo que preveja a análise, a reflexão e, em consequência, a construção do conhecimento com autonomia.

Educar, em tal sociedade, vai além do treinamento para o manuseio de tecnologias da informação. Sua amplitude social é tão grande que não basta a técnica para formar para essa sociedade. É preciso desenvolver novas habilidades, com níveis cognitivos que vão muito além de técnicas. É preciso desenvolver a capacidade criativa, reflexiva e crítica até mesmo para planejar e impulsionar a dinâmica dessa sociedade que experimenta mudanças a uma velocidade cada vez maior, cujos efeitos mostram-se bem mais abrangentes, uma vez que ela se encontra em rede.

Ao falar do papel da educação na sociedade da informação, é preciso prudência, para evitar que ele não seja diminuído diante da sociedade, ao considerar somente as tecnologias como meio de salvação das diversas situações sociais, que devem ter maior relevância no processo educativo. Não podemos nos iludir com o fascínio das tecnologias e esquecer questões fundamentais, principalmente em países em desenvolvimento e que enfrentam muitos problemas de cunho social.

Behrens (2012), ao tratar a não alienação dos sujeitos pelo deslumbramento das tecnologias, afirma que “o aluno deve ser sujeito histórico do seu próprio ambiente, buscando desenvolver a consciência crítica que leve a trilhar caminhos para a construção de um mundo melhor”(p.71).

A formação intelectual deve ser configurada a partir do pressuposto de que os sujeitos devem fazer escolhas no que se refere à vida em sociedade. Para isso, precisam ter acesso à informação e ao conhecimento e processá-los sem serem tolhidos por grupos socialmente dominantes.

Dentre as medidas a serem tomadas no que se refere à educação nessa sociedade em que a informação desponta estrondosamente, há que se considerar uma mudança na forma de pensar a educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Se um dos papéis primordiais da educação formal é justamente formar o sujeito para a sociedade, é no ambiente escolar que ele deve ser preparado. Isso deve iniciar com mudanças no currículo para que este, em suas instâncias político-pedagógicas, contemple essa discussão.

No que se refere à Educação Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos, o processo de alfabetização digital precisa ser oferecido nesses níveis de ensino e não deve restringir-se a um contato simplista com as tecnologias da informação. É preciso fazer as pessoas se familiarizarem com tais meios, para que possam sentir-se inseridas nessa sociedade.

Com relação ao Ensino Superior, deve-se pensar em profissões que promovam a formação de sujeitos preparados para atuar nessa sociedade e que sejam capazes de auxiliar no processo de inclusão dos países menos desenvolvidos. É preciso preparar profissionais para atuar nas áreas relacionadas à tecnologia da informação e comunicação, bem como nas áreas tecnológicas inerentes a ela. É imperioso, ainda, formar professores preparados para utilizar as tecnologias da informação em sala de aula, no Ensino Fundamental e no Médio.

Pode-se afirmar que, se essas são as propostas para o Ensino Superior, a pós-graduação deve ser responsável pelo desenvolvimento de pesquisas que fundamentem a relação existente entre educação e formação para a sociedade da informação.

Werthein (2000) aponta como característica básica dessa sociedade a flexibilidade – o que pode alentar as especulações positivas acerca da sociedade da informação no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem –,

possibilitando uma aprendizagem colaborativa, continuada, individualizada e amplamente difundida. Contudo, o autor ressalta que é preciso cuidado com aspirações demasiadamente utópicas em relação a esse assunto e faz uma reflexão na qual observa que é preciso planejar-se em relação às tecnologias da informação na educação para não correr o risco de simplesmente transformar a sala de aula tradicional em uma sala de aula virtual, deixando de usufruir as inúmeras possibilidades que as tecnologias poderão proporcionar à educação, incorrendo nas mesmas práticas estabelecidas pela educação tradicional.

Adotar esse recurso apenas por modismo pode ocasionar uma série de equívocos, assim como levar à utilização inadequada de novos meios e ferramentas que enriqueçam o processo de ensino e aprendizagem. Esses problemas, por sua vez, provocam o distanciamento dos sujeitos da sociedade, ao invés de viabilizá-la.

Lévy (1999) propõe reformas no sistema de educação e formação, considerando o paradigma da sociedade da informação, dentre elas, a incorporação do espírito do ensino aberto e a distância ao cotidiano da educação. De acordo com o autor, essa forma de ensino explora metodologias como as hipermídias, as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. Além disso, fundamenta-se em uma nova pedagogia, que estabelece o processo de ensino e aprendizagem tanto de forma individual, particularizada, como de modo coletivo e colaborativo. Ressalte-se que as considerações do autor em relação a essas metodologias relacionam-se a gerações mais recentes da Educação a Distância, em que esta é ofertada via internet.

Segundo Maia e Mattar (2007), a Educação a Distância “trata-se de uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias” (p.6).

Moore e Kearsley definem-na de maneira muito semelhante e destacam que

alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Estando em locais distintos, necessitam de alguma tecnologia para transmitir informações e lhes proporcionar um meio para interagir. (Moore; Kearsley, 2011, p.1)

Para Belloni (2009), essa definição é complexa porque envolve uma série de outros conceitos, mas também considera que a Educação a Distância fundamenta-se na separação no tempo e no espaço entre professores e alunos e alerta que a maioria das definições apenas transpõe os conceitos do ensino presencial para essa modalidade de ensino, o que constitui um erro.

O artigo 1º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, por sua vez, apresenta a seguinte definição para a EaD:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos. (Brasil, 2005, p.1)

Para Moran (2012), do mesmo modo, a Educação a Distância é o processo de ensino e aprendizagem em que professores e alunos não encontram-se no mesmo espaço físico e temporal, mas podem interagir com o auxílio das tecnologias, que nesse caso classifica como tecnologias telemáticas.

Ressalte-se que essa modalidade de ensino não se desenvolveu no seio da sociedade da informação e que pas-

sou por diferentes gerações até chegar ao seu formato mais recente. Segundo Maia e Mattar (2007), a EaD perpassou por três gerações: a primeira foi marcada pelos cursos por correspondência; a segunda, pelas novas mídias e universidades abertas; a terceira instituiu-se a partir da EaD on-line.

Os autores observam que a inserção de novas ferramentas na Educação a Distância configura um meio de acesso a uma educação mais dinâmica e citam a utilização do microcomputador, a tecnologia de multimídia, a utilização do hipertexto e de redes de computadores. Essas ferramentas não se relacionam mais, como nas gerações anteriores, mas integram-se, originando uma grande rede de aprendizagem. Essa definição pode ser equiparada ao conceito de inteligência coletiva proposto por Lévy (1999), já explicitado.

A terceira geração da EaD propiciou um novo formato ao processo de ensino e aprendizagem, considerado aberto, focado no aluno, pautado em resultados, interativo, participativo, flexível quanto ao currículo e às estratégias, trazendo a possibilidade da autoaprendizagem (Maia; Mattar, 2007).

A partir das considerações de Maia e Mattar (2007), infere-se que a Educação a Distância, a partir da terceira geração, levou a proposta de ensino tradicional para além dos arredores físicos das instituições, apresentando-se como uma possibilidade de socialização e atingindo maior número de pessoas com estratégias diferenciadas, propiciando ainda ao sujeito novas formas de planejar seus estudos e sua aprendizagem.

Já na concepção de Moore e Kearsley (2011), a EaD perpassou por cinco gerações: a primeira foi marcada pelo estudo por correspondência; a segunda, pela utilização do rádio e da televisão como suporte tecnológico para a aprendizagem; a terceira, pela abordagem sistêmica, na

qual figura o conceito de universidade aberta; a quarta, pelas teleconferências, consideradas como inovação tecnológica e meio de interação; e, por fim, a quinta geração, marcada pelas aulas virtuais baseadas no computador e na internet.

Observa-se que tanto para Maia e Mattar (2007) como para Moore e Kearsley (2011), as gerações da EaD passaram por tecnologias diferentes até chegarem a uma geração que também recebe influência do paradigma emergente da sociedade da informação.

Zanatta (2008) concorda com os demais autores e considera que tanto o Brasil quanto os demais países conheceram etapas diferentes da EaD, contemplaram os cursos por correspondência, tecnologias como rádio e televisão, até a utilização, em épocas recentes, da informática.

As gerações pelas quais a EaD passou desenvolveram-se de modo a atender aos anseios da sociedade e de acordo com as tecnologias disponíveis em cada época. Segundo Belloni (2009), essas gerações desenvolveram-se mediante dois modelos: o fordista e o pós-fordista. O primeiro transpunha para a EaD a mesma ideia aplicada à produção industrial, ou seja, produção massificadora e em escala. Já o modelo pós-fordista pressupunha uma aprendizagem mais aberta e reflexiva e pautava-se na mediatização e interação entre seus agentes. Para Corrêa (2007), esses modelos “influenciaram políticas e práticas em EaD, desde a escolha das estratégias a serem utilizadas, o gerenciamento do sistema de ensino até a produção dos materiais pedagógicos” (p.11).

Podemos pressupor que podem ter origem no modelo fordista os inúmeros problemas referentes ao preconceito surgido em relação a tal modalidade de ensino. Neste livro, vamos nos pautar principalmente no modelo pós-fordista, uma vez que partilhamos uma visão humanizadora de educação.

O modelo pós-fordista, dentre outros fatores, impulsionado pela sociedade da informação, constituiu um dos fatores de expansão da EaD nas últimas décadas e também é objeto de debate entre os teóricos da educação, visto que tais mudanças exigem modelos educativos mais abertos, flexíveis e com possibilidade de interação.

Ao se falar em Educação a Distância, não se pode deixar de mencionar a Open University. De acordo com Nunes (2009), essa instituição é referência no que se refere a EaD no mundo. Ela surgiu em 1969, e os primeiros cursos iniciaram-se dois anos depois, em 1971. Ainda de acordo com o autor, sua implantação ocorreu a partir da ideia de que a televisão poderia ser um meio para promover significativas mudanças educacionais, atingindo maior número de pessoas.

Segundo Nunes (2009), em períodos mais recentes, a instituição já contava com mais de 200 mil alunos que assistiam aos cursos em casa ou no trabalho. Além disso, na pós-graduação contava com mais de 40 mil alunos. Outro dado interessante é que a instituição oferece cursos de extensão universitária e de aperfeiçoamento profissional.

Belloni (2009), ao falar da Open University, menciona teóricos que apontam o tipo de metodologia e a concepção de formação em massa diretamente relacionada ao modelo fordista de produção, principalmente na fase de criação e implementação da referida universidade. Ainda assim, reconhece a importância da instituição como precursora da Educação a Distância.

Ainda que a criação da Open University tenha acompanhado o modelo econômico vigente na época, os debates teóricos acerca do processo educativo, incluindo metodologias, sistemas e organização, sempre foram constantes. Nunes (2009) ressalta que, devido à qualidade, à respeitabilidade dessa instituição, ao método e à produção de cursos, ela tornou-se um grande paradigma do

seu tempo. Destaque-se também a constante preocupação da instituição em articular as tecnologias comunicativas, a pesquisa e os aspectos didático-pedagógicos.

Podemos citar, nestas considerações sobre a Educação a Distância no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 como um divisor de águas, uma vez que seu artigo 80 foi o primeiro passo para a regulamentação da modalidade no país.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A Educação a Distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

(Brasil, 1996)

Alves (2009) esclarece que, a partir da LDB de 1996, a EaD foi reconhecida e, com isso, surgiu a possibilidade de que ela acontecesse em todos os níveis de ensino, o que significou um avanço, pois assim afastavam-se cada vez mais os equívocos e as fraudes relacionados a essa modalidade de ensino.

Após a regulamentação, outros decretos e portarias foram instituídos a fim de regulamentar a modalidade, considerando principalmente sua expansão no cenário da educação nacional. Muito se tem debatido esse processo de regulamentação. Alguns autores, como Alves (2009), relatam que, em várias situações, muito mais do que garantir o reconhecimento da modalidade, esses decretos pareciam querer retê-la diante da exagerada burocracia. O autor considera que, em termos de Constituição Federal e LDB, goza-se de relativa liberdade em relação aos processos pedagógicos. Contudo, o problema encontra-se nas instâncias inferiores, em que atos e instruções normativas por vezes fazem atrasar a expansão regular da EaD. Diante disso, observa: “os decretos não são bons; as portarias, em grande parte, são ruins; e há resoluções e pareceres desesperadores” (p.12).

Após o artigo 80 da LDB 9.394/96, a referência mais relevante, em relação à EaD, foi o Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que tinha como intuito regulamentar o artigo 80 da LDB e apresentava diretrizes para a oferta de cursos a distância. Segundo Gomes (2009), esse decreto provocou muitas solicitações de credenciamento por parte das instituições, principalmente no que se referia ao Ensino Superior. Ainda, de acordo com o autor (2009), o decreto foi fundamental para a trajetória dessa modalidade no cenário educacional do país. Entretanto, muitas arestas precisariam ser aparadas, visto que “deixou para as calendas gregas um dos parágrafos do artigo 80 da LDB, referente ao tratamento diferenciado para a EaD, bem como a

espinhosa questão do mestrado e doutorado, novidade no Brasil, mas não no exterior” (p.12).

Em momento posterior, destaca-se o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que quase dez anos depois revogou o Decreto 2.494/98. Na análise de Gomes (2009), o novo decreto, embora implicitamente demonstrasse desconfiança em relação à Educação a Distância, no que se referia aos órgãos legisladores, reconhecia-a como modalidade de ensino e mencionava as tecnologias da informação e da comunicação.

Além disso, ao analisar o texto desse decreto, é possível perceber que ele apresentou especificações importantes para os artigos da LBD 9.394/96 referentes à Educação a Distância, apontando sua organização, de forma geral. O decreto em questão estabeleceu políticas de regulamentação para o credenciamento das instituições, bem como para o funcionamento de cursos na modalidade a distância, perpassando pela organização de cursos superiores, pós-graduação e educação básica. Ainda sobre o Decreto 5.622/05, é importante ressaltar que o seu artigo 1º menciona que a Educação a Distância tem suas peculiaridades, referentes à metodologia, gestão e avaliação.

Desde a sua promulgação, esse decreto figura como referência no que diz respeito à Educação a Distância no Brasil. Diante disso, é preciso ressaltar ainda que outras leis, portarias, decretos e normativas foram instituídos com vistas a complementar e adaptar o referido decreto em relação à evolução da EaD com o passar dos anos, mas ele ainda permanece em vigência, sem ter recebido alterações muito significativas em seu texto.

Ainda que no diz respeito à legislação acerca da EaD, o Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, de acordo com Zanatta (2008), “dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequen-

ciais no sistema federal de ensino” (p.31). Esse decreto estabelece o polo de apoio presencial local, descentralizado, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, administrativas e institucionais relacionadas aos cursos ofertados pelas instituições.

Outro marco importante na trajetória da Educação a Distância foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída por meio do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006. De acordo com Zanatta (2008), trata-se de uma iniciativa colaborativa entre a União e os seus entes federativos para a oferta de cursos e programas de educação superior a distância ministrados por instituições públicas em conjunto com polos de apoio presencial.

Alves (2009) comenta que várias tentativas foram feitas para a criação da Universidade Aberta no Brasil, e a primeira proposição data de 1972. Porém, ela foi terminantemente combatida ao tramitar na Câmara dos Deputados. Decorridos anos, após muitas outras tentativas frustradas ou suprimidas, finalmente, em 2006, a referida instituição foi criada. O autor esclarece que não se trata de uma universidade e explica: “na verdade, não é uma universidade propriamente dita, mas sim um consórcio de instituições públicas de Ensino Superior. Além disso, também não é aberta, uma vez que não possui os princípios norteadores desse sistema” (p.12).

Gomes (2009) relata que, dentre os objetivos da UAB, inclui-se a oferta de cursos para a formação e a capacitação de professores, bem como para os demais profissionais envolvidos com a educação, como dirigentes e gestores. Para Niskier (2009), a UAB constituiu um passo fundamental para a EaD no Brasil, visto que iniciou-se um processo mais amplo de aceitação dessa modalidade, inclusive por parte das instituições públicas de ensino. “O que nos anima é o despertar, em 2006, da UAB, um con-

sórcio de universidades oficiais empenhadas nessa modalidade” (p.32).

Ressalte-se que, até chegar ao ponto de sua regulamentação, a Educação a Distância no Brasil enfrentou uma série de situações adversas, as quais, em boa parte, contribuíram para a criação de um estigma, tornando essa modalidade de ensino alvo de preconceitos. Primeiramente, muitas vezes, ela funcionou como uma espécie de válvula de escape para tentar resolver tentativas mal-sucedidas do sistema educacional. Belloni (2009) aponta o caso dos países grandes e pobres na década de 1970 e utiliza o Brasil como exemplo. Nesse período, a necessidade de formação de mão de obra para atender aos anseios da indústria, que necessitava desenvolver-se, fez que programas de EaD fossem disponibilizados sem estrutura nem planejamento. Gomes (2009) também afirma que a Educação a Distância por muito tempo foi considerada educação das camadas marginalizadas da população, tida como educação em segundo plano. O autor também faz duras críticas ao processo de regulamentação dessa modalidade de ensino, ressaltando que ele mais parecia tentar reter a possibilidade de democratização do ensino propiciada pela Educação a Distância do que garantir a sua qualidade. Para explicar o seu ponto de vista, traz à tona alguns questionamentos:

[...] Por que a EAD manteve por tanto tempo tão baixo grau de legitimidade? Por que a mão do Estado se fez tão pesada no seu controle? Se a mão do Estado era necessária, que poder moralizador tem ela para impedir a irrupção de oportunidades educacionais à mão-cheia e assegurar qualidade? (Gomes, 2009, p.23)

Ao responder a esses questionamentos, aponta uma situação comum na trajetória da educação formal no Bra-

sil, independente da modalidade: “conspirações das elites, negativa de ampliar a escola para os filhos de outras pessoas, entre outras” (Gomes, 2009, p.23).

Contudo, com as mudanças que ocorreram na transição do século XX para o XXI, a sociedade transformou-se e o conhecimento produzido no seio dela, graças à socialização propiciada pelas tecnologias de informação e comunicação, também não está mais restrito a grupos seletos e elitizados. Diante disso, a educação também modifica-se, e modelos abertos de aprendizagem são ressaltados por uma parcela significativa de autores. Retomemos a Educação a Distância em suas gerações mais recentes para ilustrar esse processo. Belloni (2009) afirma que a EaD tende a se tornar cada vez mais um elemento regular da educação, de forma que atenda a grupos diversos, e não mais apenas a uma demanda específica, como ocorreu em outras épocas. Ela deve assumir um papel de importância principalmente no que se refere à Educação Superior, pós-graduação e formação continuada.

Compartilhamos a ideia da autora por uma série de motivos, entre eles, pelo fato de que essa modalidade de ensino funciona como fator de democratização do ensino no país, em especial do Ensino Superior, e traz novas concepções de ensino e aprendizagem que podem viabilizar com maior sucesso a preparação dos sujeitos para a sua inserção na sociedade da informação, além de constituir alternativa para a formação continuada em diversas áreas do conhecimento.

O último censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revelou considerável aumento no número de matrículas nesse nível de ensino, e uma parcela importante desse percentual refere-se à EaD. O resumo técnico do censo do Ensino Superior 2011 apontou um total de 6.739.689 alunos matriculados nesse nível de ensino; des-

tes, 5.756.762 (85,3%) cursavam a modalidade presencial, e 999.927 (14,7%) estavam matriculados na modalidade a distância.

A Associação Brasileira de Educação a Distância – Abed (2012), ao fazer considerações sobre o censo da Educação a Distância referente ao ano de 2011, afirma: “nos últimos anos, o crescimento significativo dessa modalidade educacional, no Brasil, pode ser observado pelo seu uso nas universidades, em cursos regulares de formação plena, em cursos de pós-graduação ou em disciplinas específicas de formação” (p.15).

Diante do exposto, entendemos que a EaD se faz presente como uma realidade no campo da educação no Brasil e no resto do mundo. Além disso, sua considerável expansão demonstra que grande número de pessoas tem optado por essa modalidade de ensino para obter sua formação.

O preconceito em relação a essa modalidade de ensino deve ser superado e debates sobre as suas possibilidades e potencialidades devem envolver os intelectuais da educação, no sentido de garantir a qualidade da EaD e a coexistência pacífica de sistemas educacionais presenciais, a distância ou até mesmo mistos.

Desse modo, discutir os processos de comunicação e gestão de cursos superiores na Educação a Distância, bem como suas dimensões, mostra-se fundamental, uma vez que todos os aspectos relacionados ao sistema de EaD passam por esses processos. Isso significa que os aspectos legais, físicos, estruturais e pedagógicos precisam ser conhecidos e considerados pelos gestores, de forma que estes sejam capazes de programá-los para que garantam a qualidade do processo educativo.

Ao nos referirmos a qualidade, não fazemos menção a uma questão mercadológica, algo que cerceia a Educação a Distância devido à sua abrangência, mas sim a uma formação a contento dos alunos de tal modalidade, formação

que pressupõe a criticidade do sujeito, o desenvolvimento da capacidade de analisar e solucionar problemas, de agir em prol da melhoria da sua qualidade de vida e de uma sociedade melhor.

Não há como compreender o processo de comunicação nos cursos da EaD sem considerar os aspectos das salas de aulas virtuais ou dos ambientes virtuais de aprendizagem e como acontece a relação entre ensinar e aprender em meio às tecnologias de informação e comunicação, haja vista que esses elementos estão diretamente ligados ao processo de comunicação.

3

A SALA DE AULA VIRTUAL: COMUNICAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Ao apresentarmos as concepções sobre a Educação a Distância, procuramos relacionar a sua expansão com a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que vêm ganhando destaque devido ao paradigma emergente da sociedade da informação. Percebemos que as relações dos sujeitos com o conhecimento não são mais as mesmas. Diante disso, novas concepções acerca da educação vêm surgindo. E é justamente nesse ciclo que compreendemos que a EaD merece evidência – no caso deste livro, aquela voltada para o Ensino Superior.

Novas formas de educação devem ser pensadas, o que pressupõe reflexão e pesquisa por parte dos educadores e demais interessados, para que a partir delas surjam novas metodologias, que enriqueçam o processo como um todo.

A Educação a Distância, viabilizada principalmente por meio da internet, implica novos procedimentos, e a introdução das TICs pode contribuir para isso. Contudo, a educação não se faz sem a ação de seus pares, e professores e alunos devem adotar novas posturas. Estas posturas não devem considerar apenas a vivência, os erros e acertos de professores e alunos, mas constituir-se a partir das pes-

quisas realizadas sobre o assunto e mediante a elaboração de teorias que apontem a epistemologia da Educação a Distância.

Se a sala de aula convencional constitui um universo a ser constantemente desvendado pelos professores e alunos, na sala de aula virtual essa questão se torna mais latente. Isto nos leva a pensar, com certa desconfiança, em uma sala de aula permeada por conceitos abstratos da virtualidade de um sistema baseado nas funções da informática. Esta, porém, é uma realidade na EaD.

As concepções de aprendizagem na Educação a Distância

Apontar aspectos da aprendizagem na Educação a Distância mostra-se relevante para a nossa reflexão, visto que um curso on-line perpassa por várias nuances. Assim, um ponto de partida, ao se planejar um curso superior ofertado nessa modalidade, é o estabelecimento de uma concepção de educação, em função da qual os demais aspectos deverão ser planejados.

De acordo com Corrêa (2007), a aprendizagem na EaD está voltada para um aluno adulto, capaz de ser sujeito de seu próprio processo de aprendizagem, o qual prosseguirá ao longo da vida desse sujeito, de forma colaborativa.

Okada e Barros (2010) observam que “o tipo de aprendizagem que ocorre no espaço virtual é aquela que se inicia pela busca de dados e informações, após um estímulo previamente planejado” (p.26).

Como a EaD expandiu-se para a educação de adultos, esse foi outro motivo que fez que suas práticas se diferenciasssem.

Almeida (2009) considera que os preceitos da andragogia, que surgiu em 1833, seriam bastante adequados

ao processo de aprendizagem na EaD. Contudo, ficaram esquecidos durante muito tempo pelos estudiosos da educação, tendo sido resgatados recentemente, em virtude da importância da educação ao longo da vida. Para a autora, trata-se da “ciência e da técnica da educação de adultos” (p.106), a qual parte do pressuposto de que o sujeito adulto possui objetivos e motivações diferentes das crianças e jovens e de que a aprendizagem autônoma mostra-se mais acentuada na idade adulta.

Moore e Kearsley (2011), ao reportarem ao aluno da Educação a Distância, também fazem menção à andragogia, que teve como precursor Malcolm Knowles (1978), e a definem como a “arte e a ciência de ajudar os alunos a aprenderem” (p.173). Ressaltam também que o aluno adulto procura estudar e atualizar-se motivado por situações da vida adulta, com destaque para a carreira.

O modo de aprendizagem do adulto diferencia-se daquele das crianças, o que justificaria uma ciência voltada para o estudo dessas formas de aprendizagem e a proposição de práticas e metodologias que de fato auxiliassem na construção do conhecimento por parte dos sujeitos adultos. Daí a importância do entendimento desses pressupostos para a construção de estratégias de ensino que contribuam para a aprendizagem.

Maia e Mattar (2007) consideram que a Educação a Distância necessita de um aprendiz autônomo e independente, o qual deve abandonar a cultura do ensino e abraçar a cultura da aprendizagem, pela qual não se espera que o conhecimento seja repassado exclusivamente pelo professor. O aluno, desse modo, tem maiores possibilidades de controle sobre a sua própria aprendizagem.

Moore e Kearsley (2011) e Maia e Mattar (2007) também entendem que o aprendiz, nesse processo de elaboração do conhecimento na EaD, gradativamente assume as rédeas da sua aprendizagem.

Eles entram em uma comunidade de ideias compartilhadas na condição de principiantes e, apoiados por um professor (ou outra pessoa mais competente), principalmente mediante sua capacitação cada vez maior no uso de ferramentas da linguagem, assumem progressivamente a responsabilidade por seu aprendizado. (Moore; Kearsley, 2011, p.242)

Essa afirmação não põe em segundo plano o papel do professor, pois este também é parte integrante do processo de formação do aluno e do processo interativo da educação. O que se percebe é que, na EaD, a interação, que implica, entre outras coisas, a troca, fica mais acentuada. O professor não constitui o centro da ação, mas é participante dela.

A EaD tem uma série de particularidades e em sua trajetória deparou com muitas situações, como a questão do preconceito enquanto modalidade de ensino e o taxativo estereótipo de educação industrializada, voltada para a formação em massa. Todavia, em sua forma mais recente, apresenta perspectivas interessantes e inovadoras, uma delas relacionada à aprendizagem aberta. Esta não é uma forma de aprendizagem exclusiva da Educação a Distância, mas evidencia-se nela, pelo fato de que vem assumindo formas mais inovadoras em sua geração mais recente.

Belloni (2009) destaca que novas habilidades são necessárias a todos os sujeitos ativos na sociedade do século XXI, como organizar o próprio trabalho, ser capaz de resolver problemas, adaptar-se e mostrar-se flexível diante de novas tarefas, trabalhar em grupo e de forma cooperativa.

Moran (2012) ressalta que, a partir da utilização das tecnologias telemáticas, o professor pode assumir o papel de orientador/mediador da aprendizagem, em termos

intelectuais, emocionais, gerenciais/comunicacionais e éticos. A orientação/mediação intelectual diz respeito ao professor que “informa, ajuda a escolher informações importantes, trabalha para que elas se tornem importantes para os alunos” (p.30). A orientação emocional refere-se ao processo de estímulo e motivação, mas de forma comedida. A orientação/mediação gerencial e comunicacional remete ao professor que “organiza grupos, atividades de pesquisa, ritmos, interações. [...] Organiza o equilíbrio entre o planejamento e a criatividade” (p.31). Em relação à orientação ética, ele ensina a assumir e vivenciar valores, de forma a integrar-se socialmente.

Com base nas ideias do autor, depreendemos que é necessária a reorganização das metodologias do professor para promover a educação e a formação em uma nova sociedade, na qual o conhecimento é mais acessível e muitos recursos tecnológicos acabam interferindo no processo. A aula expositiva, perpetuada no processo de ensino, precisa dar espaço a outras práticas. Podemos mesmo dizer que práticas interativas e uma relação professor–aluno centrada na troca seriam mais propícias às estruturas sociais vigentes.

Além disso, percebe-se que intervenções diferenciadas são bem-vindas em um processo de formação mais sólido, que vise a autonomia dos alunos. Moran não se refere especificamente à Educação a Distância, mas essas práticas são fundamentais para os processos de ensino e aprendizagem nessa modalidade, considerando a separação física de seus pares e a diversidade do seu público.

Para Belloni (2009), a saída mais adequada para a EaD, diante da nova sociedade que emerge, é a adoção de práticas mais abertas, que atendam às especificidades dos alunos e estabeleçam currículos capazes de contemplar a diversidade e as necessidades locais, regionais ou nacionais.

A autora pauta as suas concepções em um amplo debate sobre modelos de Educação a Distância. Para ela, o fortalecimento dessa modalidade no mundo baseou-se em um modelo econômico fordista, motivo pelo qual a epistemologia que sustentou esse modelo também tratava a educação como uma espécie de produção em massa, “estandardizada”. Diante disso, não tece críticas à EaD, mas sim a determinados métodos nela utilizados, e afirma que o diálogo entre professor e aluno não pode ser substituído pelo que chama de “industrialismo institucional”.

Fica evidente que um mesmo modelo de EaD não pode ser utilizado em todos os países, da mesma forma e com as mesmas características. Justamente pela sua possibilidade de abertura e flexibilidade é que essa modalidade de ensino deve procurar atender às especificidades de seu público, à sua diversidade. Em função das características democráticas da Educação a Distância, a questão da diversidade é fator preponderante ao se pensar na possibilidade de aprendizagem aberta.

Nunes (2009) ressalta que a clientela da EaD é diferente da clientela tida como convencional (ou seja, aquela mais comum nos sistemas presenciais), visto que na Educação a Distância é comum encontrar-se pessoas que, por motivos diversos, não podem deslocar-se para frequentar diariamente a sala de aula convencional, devido a limitações físicas, geográficas ou por outros motivos.

Diante da abrangência da EaD, pode parecer incoerente a ideia de que ela deve procurar atender às especificidades locais, regionais ou nacionais, mas é preciso criar estratégias tendo em vista essas especificidades. Apenas considerando fatores como a diversidade e a especificidade do público, sem a generalização ou importação de modelos já estabelecidos, é mais provável que alcancemos o sucesso em tal modalidade de ensino, de maneira que ela se torne uma possibilidade de formar sujeitos para atuar

na sociedade em que estão inseridos e contribuir para a resolução dos problemas que ela enfrenta.

Assim, aqueles que se propõem ofertar a Educação a Distância precisam conhecer as suas dimensões e dispor de estratégias para o processo de formação dos sujeitos. Dentre essas estratégias, sugerimos a gestão mais flexível no que se refere à organização de modelos próprios e à elaboração de currículos pensados a partir da diversidade de sujeitos que se tem em uma sala de aula virtual. Essa não é uma tarefa simples, mas os desafios são constantes no processo educativo de um modo geral, e não poderia ser diferente na Educação a Distância.

Belloni (2009) observa que os modelos de EaD estabelecidos na economia fordista tinham ênfase no processo de ensino, sem preocupação com o processo de aprendizagem. Atualmente, considerando as características de uma sociedade pós-fordista, a autora destaca que a ênfase deve estar no processo de aprendizagem. Para ela, a motivação do estudante na EaD é fundamental. Além de conhecer melhor o aluno, a partir de suas características sociais, afirma que é preciso considerar também as suas experiências e expectativas para desenvolver metodologias, materiais e estratégias que o integrem realmente ao processo.

Moore e Kearsley (2011) procuram traçar aspectos de uma possível teoria da Educação a Distância. Apresentam vários estudos que sustentam a elaboração dessa teoria e observam que, desde 1986, tem sido muito difundida a interação a distância (*transactional distance*). De acordo com os autores, essa teoria está prioritariamente centrada no aluno e na interação entre aluno e professor. Os autores explicam que a interação pode ser entendida como a inter-relação do ambiente e das pessoas e os padrões de comportamento em determinada situação.

Mesmo em gerações anteriores da Educação a Distância (como aquela feita por correspondência), essa intera-

ção era possível, mas é inegável que a partir do advento das TICs ela tornou-se muito mais viável, acessível e dinâmica, visto que a rapidez cada vez maior da comunicação foi fundamental para a intensificação da interação entre seus participantes.

Para Okada e Barros (2010), a aprendizagem aberta, que permite o livre acesso aos conteúdos disponibilizados na rede, constitui cada vez mais uma possibilidade na Educação a Distância. As autoras destacam a Web 2.0 como grande impulsionadora desse tipo de aprendizagem, pois permite uma série de *downloads* gratuitos. Além disso, ressaltam que na aprendizagem aberta acontece a troca de conteúdos, e cada sujeito pode dar a sua contribuição, o que proporciona a socialização e circulação desses conteúdos e remete a outra característica da aprendizagem aberta: a sua flexibilidade, graças à maior facilidade de acesso à informação e ao conhecimento na época atual.

Romiszowski e Romiszowski entendem a aprendizagem aberta como se segue.

Um conceito de educação que tem as características de abertura: abertura a diversas clientelas sem restrições; abertura a variações individuais em termos de critérios de aprovação; abertura a variações individuais em termos de métodos ou meios de ensino-aprendizagem. Para permitir tanta abertura e flexibilidade, os sistemas de aprendizagem aberta geralmente utilizam materiais auto-didáticos e sistemas de EaD. (Romiszowski; Romiszowski, 1998, p.92)

Considerando a noção de aprendizagem aberta, Okada e Barros (2010) afirmam que a educação on-line, por meio de suas ferramentas, propicia a utilização de metodologias que potencializam a autonomia dos alunos, o que remete às novas habilidades que os sujeitos devem desenvolver

para enfrentar a sociedade do século XXI, apontadas por Belloni (2009).

Outra marca da Educação a Distância é a aprendizagem colaborativa, a qual, de acordo com Souza (2000), constitui uma atividade realizada de forma cooperativa, com a contribuição de todos os participantes, um modelo de conhecimento. Na concepção do autor, o grande diferencial dessa abordagem não é exatamente a construção de um modelo explícito de conhecimento, mas sim a experiência do aprendiz ao elaborar o conhecimento, experiência que permite que desenvolva outras habilidades.

Pode-se correlacionar essa forma de aprendizagem ao conceito de inteligência coletiva expresso anteriormente, a partir das concepções de Lévy (1999). A EaD, mais do que a educação presencial, pode suscitar essa possibilidade.

Para Souza (2000), “os ambientes devem poder ajudar os participantes a expressar, elaborar, compartilhar, melhorar e entender as suas criações, fazendo com que pensem o seu próprio pensamento” (p.27). Processos como esses levam os sujeitos ao desenvolvimento de habilidades que vão além da elaboração do conhecimento sobre determinado conteúdo. Práticas inovadoras na Educação a Distância propiciam um processo de desenvolvimento dos sujeitos mais à frente da formação profissional e técnica, o que permite superar o estigma de que a EaD traz em seu bojo uma formação de caráter tecnicista, que visa atender exclusivamente às necessidades e demandas de modelos econômicos. A partir de situações de aprendizagem em que os alunos são levados à análise, à reflexão sobre a sua ação e os procedimentos, capacitam-se para fazer a sua autoavaliação.

Moran (2012) aponta alguns princípios metodológicos pautados na utilização das tecnologias informacionais no processo educacional. Sugere a integração das tecnologias, metodologias e atividades, com a utilização do texto escri-

to, do hipertexto e da multimídia, de forma que os alunos possam transitar de um meio a outro com autonomia. Insiste que o professor deve utilizar formas diferentes de explorar um mesmo tema e variar sua forma de ministrar as aulas, pois considera que a previsibilidade do professor é a barreira mais difícil de transpor. Indica a comunicação no meio virtual como importante ferramenta para o processo de interação entre seus pares. Uma relação mais próxima entre alunos, professores e os demais envolvidos no processo educativo tornou-se possível e mais evidente a partir da oferta da Educação a Distância pela internet.

Acerca da interação, relevante para os processos de ensino e aprendizagem, Moore e Kearsley (2011) entendem o diálogo como fator preponderante para o processo de aprendizagem na EaD. Os autores explicam que, mesmo mediado pelas tecnologias, o diálogo transmite ao aprendiz a segurança de não estar sozinho e poder contar com o auxílio de um professor ou instrutor.

Para Maia e Mattar (2007), essa interação faz o aluno sentir-se integrado ao processo e motivado a construir uma comunidade virtual na qual percebe a importância da sua participação. Mas os autores observam que muito se pode evoluir em relação a conhecimento e autonomia, indo além de uma participação passiva, em que o aluno atue apenas como observador atento e assíduo das discussões, de modo que internalize certos modelos e os transforme de acordo com as suas necessidades, construindo novos conhecimentos.

Também Souza (2000) pensa que os participantes de comunidades on-line podem beneficiar-se com a observação e convivência com os demais – não a convivência física, mas virtual e no âmbito do pensamento. À medida que atividades são socializadas, que ideias, pensamentos e concepções são expostos, a análise que cada uma faz dessa discussão constitui uma forma de interação.

A inserção dessas tecnologias na sala de aula convencional tem se tornado objeto de discussão, visto tratar-se de uma realidade vivenciada pelos alunos e acadêmicos. Percebem-se os primeiros passos em direção a uma inversão de valores no que se refere à Educação a Distância: suas práticas começam a ganhar relevância não apenas na sala de aula virtual, mas no processo educativo como um todo.

Okada e Barros (2010) agregam ao conceito de aprendizagem aberta o de comunidade aberta, referindo-se “ao grupo aberto de pessoas aprendizes, podendo ser composto por aprendizes, especialistas, docentes, pesquisadores de áreas diversas” (p.26). Consideram fundamental o papel do professor como mediador para o sucesso da construção do conhecimento em comunidades como essas. Além disso, apontam como fator preponderante o suporte técnico, o qual compreende a criação de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), que viabilizem diferentes tipos de arquivos e a utilização de diferentes mídias, disponibilizando diferentes materiais didáticos. Esses ambientes devem ainda dispor de ferramentas que permitam práticas interativas.

O uso das tecnologias de informação e comunicação na Educação a Distância

Mostra-se crescente a utilização de tecnologias Web 2.0 em uma esfera social bastante ampla, incluindo a educação, em especial o modelo de Educação a Distância.

Para Takahashi (2000), a inclusão digital deve ser prioridade para inserir uma nação na sociedade da informação. Não se pode ignorar esse paradigma social no que se refere à Educação a Distância, em tempos em que tal modalidade de ensino encontra-se em plena expansão.

Além disso, essa sociedade tem como base a informação, socializada por meio das TICs.

Diante disso, podemos afirmar que a Educação a Distância via internet pressupõe a inclusão digital, uma vez que o acadêmico necessitará de conhecimentos básicos sobre como utilizar essas tecnologias, de modo a contribuir para o seu processo de construção de conhecimento e de aprendizagem. Além disso, um dos papéis da educação escolar é garantir ao sujeito sua inserção e interação na sociedade a que pertence, evitando, o máximo possível, o processo de exclusão.

A sociedade vive um momento de pleno desenvolvimento tecnológico, principalmente no que se refere às tecnologias de informação e comunicação. Esse desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, interferiu e continuará interferindo na forma de aprender e ensinar, e também é função da escola incluir digitalmente.

As tecnologias permitem a integração das várias partes do globo terrestre, principalmente no que se refere à comunicação e informação, a qual se propaga em grande quantidade e com grande rapidez e tem auxiliado na aquisição de conhecimento. Dessa forma, é fundamental que as metodologias utilizadas em aula considerem o pressuposto da facilidade de acesso à informação e transformem-na em aliada para práticas de ensino mais interativas.

Romiszowski e Romiszowski (1998) apresentam duas acepções para a expressão “tecnologia da informação”. Uma delas refere-se “ao processo de aplicação das ciências de comunicação à solução de problemas práticos de planejamento e implementação de sistemas de comunicação” (p.19). Já o outro sentido diz respeito a sistemas relativamente novos de comunicação baseados na telecomunicação e na informática. Ambos os sentidos interessam para compreender e esclarecer aspectos dos processos de ensino e aprendizagem por meios das TICs e ressal-

tar a importância da comunicação, do diálogo na relação aluno/professor e alunos/alunos.

Castells (2006) considera a revolução informacional ocorrida a partir da década de 1970 como impulsionadora dessas tecnologias, cujo desenvolvimento ocorreu tendo em vista formas de comunicação mais ágeis e em rede. Sobre o desenvolvimento de sistemas para a organização das informações, explica que se trata de equipamentos e sistemas que permitem tal ação. Depreende-se que se trata de tecnologias que permitem a organização e o armazenamento das informações, além de sua circulação e democratização.

Para Moran (2012), o auge do desenvolvimento dessas tecnologias aconteceu na década de 1990. O que se percebe, a partir de então, é a sua utilização e a sua evolução cada vez mais intensas.

Com base nas considerações dos autores citados, é possível enumerar como TICs, entre outras: os computadores pessoais em seus vários formatos; as diversas modalidades das câmeras de vídeo e foto; as *webcams*; os dispositivos para armazenamento de arquivos, como CDs, DVDs, *pendrives*, cartões de memória, HDs e outros; a telefonia móvel, que a cada dia exhibe equipamentos repletos de dispositivos para vários tipos de comunicação; a televisão por assinatura, cada vez mais interativa; o correio eletrônico; a própria internet; o *streaming*, que possibilita o fluxo contínuo de áudio e vídeo via internet; o *podcasting*, que viabiliza a transmissão sob demanda¹ de áudio e vídeo via internet; as diversas modalidades de captura eletrônica ou digitalização de imagem; as tecnologias de acesso remoto,

1 Essa expressão é utilizada para referir-se à gravação e disponibilização das aulas e palestras nos ambientes virtuais de aprendizagem após acontecerem ao vivo.

que permitem o acesso sem fio ou *wireless*; as comunidades virtuais; os *blogs*; as listas de discussão.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação não deve constituir um empecilho para o aluno, e sim como meio de facilitar o processo e garantir-lhe maior interação com os demais alunos do curso e com a equipe pedagógica responsável por ele.

Professores e alunos devem estar preparados para desenvolver, além das habilidades convencionais requeridas pelos processos de ensino e aprendizagem, novas habilidades relacionadas à diversidade tecnológica que permeia a Educação a Distância em suas gerações mais recentes.

De acordo com Ferreira (2008), os ambientes virtuais de aprendizagem revelam-se como novos espaços nos quais, por meio de tecnologias como a internet, realizam-se práticas pedagógicas que objetivam a construção do conhecimento, baseadas na interação, na colaboração e na motivação, visando ainda a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem.

Gomes (2007) observa que, diante da diversidade de alunos que realizam um mesmo curso da EaD, faz-se necessário elaborar ambientes virtuais de aprendizagem que permitam que eles se identifiquem com o curso, identificação essa que se dá por meio da disposição dos ícones, das suas cores, do seu *layout*, da disponibilização de material e de outros modos.

Almeida (2003) entende que, por meio de recursos disponíveis no ambiente on-line, pode haver interação e trocas individuais, bem como a criação de grupos colaborativos que discutem, refletem, problematizam, pesquisam sobre diversos temas. Essa prática faz que esses sujeitos criem produtos, ao mesmo tempo que se desenvolvem. Esses produtos a que a autora se refere são o conhecimento produzido por esses grupos, resultado da interação entre seus participantes com o conteúdo.

Esses ambientes podem ser comparados às salas de aulas virtuais, uma vez que permitem a gestão do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a publicação de conteúdos os mais diversos, em formatos variados, entre eles, livros on-line, materiais de estudo, slides, filmes, artigos científicos, textos. Permitem ainda a comunicação síncrona e assíncrona,² por meio de fóruns de discussão, chats e outras formas de comunicação entre os participantes, e a produção de textos colaborativos. Também viabilizam ferramentas de avaliação, bem como a emissão de relatórios para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos.

Dessa forma, justifica-se a utilização dos AVAs para melhora da qualidade da Educação a Distância em sua fase atual, pois essa tecnologia permite acompanhar o desenvolvimento do aluno em todos os seus âmbitos e possibilita a mediação pedagógica, a partir das intervenções realizadas pelo professor ou tutor.³

Sendo assim, esses ambientes precisam ir ao encontro da proposta do curso. Gomes (2007) sugere que, ao se pensar a proposta pedagógica de um curso de EaD, se pense também no software que será utilizado, que pode ser algum que já exista no mercado ou criado especificamente para a instituição, conforme as suas necessidades.

Tais ambientes virtuais permitem a disponibilização de vários objetos de aprendizagem, o que também pode funcionar como fator facilitador dos processos de ensino e aprendizagem, permitindo formas diversificadas de

2 Comunicação assíncrona: comunicação que não acontece em tempo real. Comunicação síncrona: comunicação que acontece em tempo real. Um exemplo de comunicação síncrona são os chats.

3 De acordo com os referenciais de qualidade do MEC, na Educação a Distância existem modalidades diferentes de professores, e dentre estes encontram-se os tutores, professores instrutores na EaD responsáveis pelo contato mais direto com os alunos.

apresentar um mesmo conteúdo. Essa versatilidade pode ainda contribuir para a autonomia dos acadêmicos, pois eles poderão escolher os objetos que mais facilitarem a sua aprendizagem.

De acordo com Ferreira (2008), as primeiras experiências educativas por meio de computador tinham como objetivo principal disponibilizar materiais, privilegiando experiências mais diretivas, aproximando-se das modalidades a distância até então praticadas, como o envio de materiais por correspondência ou de aulas por meio de televisão ou rádio. O uso das ferramentas viabilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação fez que rapidamente a interatividade se tornasse a palavra de ordem. As experiências colaborativas e cooperativas passaram então a ganhar espaço nesta sociedade que deseja a criação de comunidades virtuais, valoriza as construções conjuntas e as trocas de conhecimento.

A interatividade proporcionada pela utilização das TICs destaca-se no atual contexto da Educação a Distância. A troca de conhecimento entre os sujeitos participantes do processo pode produzir uma aprendizagem mais significativa.

Almeida (2003) aponta as ferramentas mais comuns dos ambientes virtuais de aprendizagem, destacando o fórum, o chat, o correio eletrônico, o repositório de materiais, o envio on-line de trabalhos e atividades, o tira dúvidas, o mural de avisos, a enquete, o diário, o calendário e os grupos.

Vavassori e Raabe (2003) explicam que o fórum constitui uma ferramenta que permite as discussões on-line por meio de mensagens assíncronas, ou seja, aquelas em que os participantes não se encontram conectados no mesmo momento, não estão presentes em tempo real para a realização de atividades.

Nesse caso, na maioria das vezes, posta-se um tema para discussão que pode ser sugerido por professores, tutores, coordenadores e alunos. Ele fica disponível no ambiente e, na medida das suas possibilidades, os participantes acessam e participam da discussão. Gomes (2007) aponta como uma das suas vantagens o fato de que, mesmo após o seu encerramento, a discussão permanece disponível e pode ser retomada quando necessário.

Essa atividade é de suma importância no que se refere à interação e remete à ideia de aprendizagem colaborativa, pois possibilita que muitos alunos, em ambientes virtuais de aprendizagem, aprendam pela observação e análise das ideias dos outros.

Ressalte-se que a interação ocorrerá a partir do planejamento da atividade proposta, o que dependerá daqueles que participam dela. A participação de vários sujeitos só vem a contribuir e enriquecer o debate, mas, para que ele aconteça de fato, os professores e tutores também precisam adotar metodologias que estimulem a participação. Isso inclui desde a formulação do tema até as intervenções dos responsáveis pela condução da atividade. Na Educação a Distância, há a necessidade de conduzir, direcionar e apoiar o aluno na seleção de conteúdos, na organização da sua aprendizagem e na construção de conhecimento.

O processo pode tornar-se ainda mais dinâmico. A EaD permite agrupar em um único espaço virtual pessoas de várias regiões do país, as quais, com as suas diferentes culturas, podem suscitar uma discussão mais produtiva, a descoberta de realidades muito diferentes daquela imediata de cada indivíduo, o que permitiria outras formas de apreciação e reflexão por parte de todos os participantes. Ressalte-se, mais uma vez, o papel fundamental do professor ou tutor ao planejar e mediar tais discussões e saber aproveitar cada uma delas da melhor forma possível. Na

Educação a Distância, o planejamento das atividades também assume extrema importância.

Vavassori e Raabe (2003), ao descreverem um ambiente virtual de aprendizagem, apontam uma importante ferramenta de troca de informação: o chat. Segundo os autores, trata-se de ferramenta em que se utiliza a comunicação síncrona, aquela na qual todos os participantes devem acessar, ao mesmo tempo, em horário e período predefinidos, a atividade. Isso permite a troca imediata de informações e a interação entre os participantes. Entretanto, um fator a considerar em relação aos chats, para que sejam produtivos, é o número de participantes. Recomenda-se um grupo pequeno a cada reunião, para que todos possam participar, uma vez que o tempo para a realização das atividades é mais curto do que o tempo em geral destinado à participação em um fórum.

Gomes (2007) esclarece que existem dois tipos de chats: aquele em que os alunos trocam informações, sem necessidade da monitoria ou instrução do tutor, e aquele em que o tutor direciona o processo, pois haverá um tema específico a discutir.

Os ambientes virtuais de aprendizagem permitem a utilização de uma ferramenta bastante comum das TICs: o correio eletrônico. Paiva (2010) observa que os alunos de um curso on-line normalmente possuem um cadastro no próprio ambiente, no qual recebem informações importantes ou urgentes através de um e-mail. Nesse caso, não há novidade em relação à ferramenta, visto que ela vem sendo bastante utilizada no cotidiano dos sujeitos.

Rocha (2003), ao apresentar as ferramentas de comunicação de um ambiente virtual de aprendizagem, explica a utilização do repositório de materiais on-line. Essa ferramenta permite que os professores e tutores, assim como os demais atores da equipe pedagógica, disponibilizem arquivos que contenham materiais didáticos e outros que

ofereçam apoio ao aluno, auxiliando no desenvolvimento do seu processo de aprendizagem.

A grande maioria dos AVAs ainda permite a utilização de uma ferramenta para a solução das dúvidas mais comuns e frequentes dos participantes do curso. Ferreira (2008) também faz referência a ela, dizendo que “é uma ferramenta importante para evitar perguntas e respostas repetidas” (p.58). Nesse caso, a percepção do professor é muito importante, no sentido de formular o questionário e responder a ele de forma objetiva e clara, sanando tais dúvidas.

O mural de avisos é uma ferramenta que permite disponibilizar informações importantes acerca do curso e que funciona também como uma forma de comunicação entre seus componentes. Por meio dessa ferramenta, pode-se manter os alunos informados sobre o curso. Gomes (2007) ressalta que, por se tratar de uma ferramenta assíncrona, não há a troca de mensagens, apenas a disponibilização de informações.

Autores como Ferreira (2008) e Gomes (2007) citam também a enquete como ferramenta importante dos AVAs. Trata-se de um instrumento útil para colher informações de modo geral. Ela pode ser utilizada para a realização de um trabalho sobre o conteúdo estudado e para coletar informações sobre o curso, na forma de uma autoavaliação do seu programa. Por meio da enquete costuma-se fazer pesquisa de opinião entre aqueles que estão envolvidos no processo.

Outra ferramenta é o diário, que possibilita ao aluno fazer anotações diversas, como lembretes, dúvidas, experiências, conclusões, indagações (Ferreira, 2008); normalmente, é de uso particular e está atrelada ao perfil do aluno. Rocha (2003) aponta ainda o diário de bordo e o portfólio como ferramentas que desempenham basicamente a mesma função do diário. A autora explica que

existem dois tipos de portfólio, um individual e o outro de uso coletivo, no qual as informações postadas são socializadas com os demais participantes do grupo ou da turma.

Essa ferramenta simples é de extrema importância na Educação a Distância, uma vez que o acesso ao ambiente pode não ocorrer diariamente. Ela possibilita a organização e auxilia na disciplina de estudo dos participantes.

Ferreira (2008) inclui os grupos entre as ferramentas dos ambientes virtuais de aprendizagem. Essa ferramenta permite agrupar alunos de um mesmo curso. Isso possibilita ao tutor usar estratégias específicas, tendo em vista as necessidades de cada grupo, e atender a cada um deles.

Ainda, há a ferramenta intitulada novidades, com a qual a equipe pedagógica poderá aguçar a curiosidade dos participantes, apresentando situações novas que despertem o interesse deles. De acordo com Paiva (2010), nessa ferramenta são disponibilizados links que permitem ao aluno chegar diretamente à novidade.

Gomes (2007) apresenta a ferramenta denominada Wikis, assíncrona e de construção de conhecimento coletivo. Por meio dela, é possível a elaboração de textos coletivos. Ressaltam nela as possibilidades de aprendizagem aberta e colaborativa e o conceito de inteligência coletiva.

Ferreira (2008) observa que um ambiente virtual de aprendizagem bastante utilizado nos modelos atuais de EaD é o Moodle, que tornou-se conhecido por ter sido desenvolvido a partir de princípios pedagógicos bem definidos. Além disso, trata-se de um software livre, o que tem conquistado não somente a Educação a Distância brasileira, como também a internacional.

Paiva (2010) relata que, à medida que a EaD popularizou-se, por meio da utilização das TICs, em especial a internet, novos softwares e plataformas de ensino e aprendizagem foram criados, mas seus custos eram altos. Diante disso, a comunidade acadêmica envolvida com a EaD

passou a criar os seus próprios sistemas. A autora menciona os seguintes AVAs: AulaNet, Moodle e TeleEduc.

No Brasil, o primeiro AVA gratuito de sucesso foi o AulaNet. Em desenvolvimento desde 1997, o AulaNet é distribuído gratuitamente pelo Laboratório de Engenharia de Software da PUC-Rio. O Moodle é um software para gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo, permitindo a criação de cursos on-line, páginas de disciplinas e de grupos de trabalho. Outro AVA bastante utilizado no Brasil é o TelEduc, desenvolvido no Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied) da Universidade Estadual de Campinas. (Paiva, 2010, p.6)

O desenvolvimento desses softwares possibilitou contemplar princípios pedagógicos, em especial a comunicação e a interação entre os participantes. Isso é preponderante para que os objetivos específicos da educação escolar sejam atingidos, pois não se pode perder de vista a formação de sujeitos críticos, atores de sua cidadania e autônomos, de modo que, mesmo após a conclusão de um curso, estejam aptos a gestar a própria aquisição de conhecimento, como condição fundamental para que não se tornem socialmente marginalizados.

Essas ferramentas fazem parte do processo de comunicação dos cursos na Educação a Distância. Gomes (2007) considera-as úteis à coordenação do curso, por possibilitarem organizá-lo, estabelecer seu cronograma e o modelo metodológico. O autor cita ainda as “perguntas frequentes” (*frequently asked questions*), que englobam um conjunto de respostas às dúvidas mais comuns dos alunos. Outras ferramentas mencionadas pelo autor são os tutoriais, os manuais e os guias, que permitem auxiliar os alunos e os tutores em relação ao ambiente. As ferramentas de monitoramento, que permitem verificar o acesso dos

alunos ao sistema e às atividades, também são de grande importância para que a equipe gestora, em conjunto com os tutores, possa tomar decisões no sentido de melhorar o processo e envolver os alunos.

As ferramentas de um ambiente virtual de aprendizagem devem estar disponíveis e ser utilizadas pela equipe de modo que potencializem a aprendizagem. Também é essencial que o planejamento do curso considere as suas especificidades e utilize as mais adequadas para o alcance dos objetivos de aprendizagem almejados.

No caso do Moodle, além de todas as ferramentas mencionadas, destaca-se também a ferramenta questionários, que possibilita a elaboração de questionários compostos por perguntas abertas e/ou objetivas. Essa ferramenta permite também “que as questões sejam arquivadas por categorias, em uma base de dados, e podem ser reutilizadas em outros questionários e em outros cursos” (Ferreira, 2008, p.63). Ainda, por meio dessa ferramenta, o professor pode dar retorno aos alunos sobre o desempenho deles, sobre os seus erros e acertos.

Os diferentes tipos de ambientes virtuais de aprendizagem oferecem ferramentas diversas, que auxiliam no planejamento de um sistema de Educação a Distância que adote currículo e metodologia mais flexíveis. Essas duas dimensões são fundamentais para a implementação de sistemas de Educação a Distância capazes de desvencilhar-se de uma EaD generalizadora, visando a produção em massa, sem atender as especificidades dos seus sujeitos. Outro fator preponderante é que as instituições que oferecem cursos a distância devem estar preparadas para optar pelo AVA mais adequado à sua proposta de EaD.

O que ressalta, do exposto, em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem, é que tais tecnologias estão realmente inseridas no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância, e é fundamental que os

envolvidos no processo – dentre eles, professores, tutores, alunos e gestores – estejam preparados para utilizá-las. Nesse sentido, a possibilidade de inclusão digital ganha espaço nas metodologias da EaD, pelo fato de que essa pode ser uma primeira barreira a ser vencida pelo público que escolhe essa modalidade de ensino.

Já observamos que, na Educação a Distância no Ensino Superior, a maioria dos alunos são pessoas adultas. Muitos deles estão retornando à educação escolar após anos longe dela; vários já estão inseridos no mercado de trabalho e procuram o aperfeiçoamento da prática por meio da aquisição da teoria.

Familiarizar esses alunos com essas tecnologias, com o ambiente virtual de aprendizagem, com as ferramentas intrinsecamente ligadas às TICs, é a primeira tarefa dos envolvidos com a mediação pedagógica na Educação a Distância.

Essa familiarização mostra-se fundamental não somente para que os processos de ensino e aprendizagem aconteçam, mas também em decorrência de uma necessidade social, visto que cada vez mais essas tecnologias apresentam-se inseridas em situações simples do dia a dia. Tecnologias de informação e comunicação, como os ambientes virtuais de aprendizagem, são utilizadas em um simples saque bancário, em inscrições e testes seletivos, em concursos públicos, em cadastros, entre outras situações.

Sobre a importância dos ambientes virtuais de aprendizagem, Almeida escreve:

O gerenciamento desses ambientes diz respeito a diferentes aspectos, destacando-se a gestão das estratégias de comunicação e mobilização dos participantes, a gestão da participação dos alunos por meio do registro das produções, interações e caminhos percorridos, a gestão do

apoio e orientação dos formadores aos alunos e a gestão da avaliação. (Almeida, 2003, p.332)

Retomamos mais uma vez o objetivo de formar cidadãos por meio da educação escolar. Formar cidadãos é incluí-los nos diversos processos sociais, e incluir digitalmente também é possibilitar a cidadania. As gerações da Educação a Distância em que as tecnologias utilizadas são as informáticas muito têm a contribuir para esse processo, levando em conta os vários pressupostos que compõem os processos de ensino e aprendizagem. Além da democratização da Educação Superior, a EaD ainda traz em seu bojo a inserção dos sujeitos na sociedade da informação.

4

O PROFESSOR TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: INTERATIVIDADE E COLABORAÇÃO

No contexto da Educação a Distância, no que se refere ao papel do professor, é bastante nítido que existem diferenças consideráveis em relação à sala de aula convencional. Alunos e professores estão separados por uma distância física que, *a priori*, poderia ser prejudicial aos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, segundo as principais teorias desse processo, essa troca entre professores e alunos é fundamental para o desenvolvimento humano. Contudo, no período atual da EaD, as TICs funcionam como fortes aliadas para amenizar essa condição de separação física e garantir a interação entre seus sujeitos.

De acordo com Cardoso (2008), é preciso ter cautela e não pensar as tecnologias de informação e comunicação como salvadoras dos problemas da educação no Brasil e, em especial, como únicas responsáveis pelo sucesso ou insucesso da EaD. Esta modalidade de ensino só se efetivará como modalidade de educação capaz de assumir o papel de democratização do Ensino Superior com qualidade a partir de um trabalho colaborativo de seus atores, de forma que sejam especialmente mais ativos do que na

educação presencial. Maia e Mattar (2007) afirmam que há muitas suposições sobre a trajetória do professor na Educação a Distância. Alguns acreditam que ele poderia ser substituído por profissionais que desempenhassem uma espécie de subfunção do verdadeiro papel do professor. Contudo, para os autores, ao contrário, a EaD é também inclusiva no que se refere aos professores, pois muitos deles, que se deslocam constantemente para cumprir compromissos diversos, podem estar presentes nas salas de aulas virtuais, nos chats ou participar de fóruns de discussão em qualquer lugar em que estejam, como os alunos, contribuindo assim de forma significativa para a construção do conhecimento.

As tecnologias atuais propiciam a criação de ambientes virtuais de aprendizagem em que a comunicação pode acontecer tanto de forma síncrona como assíncrona, possibilitando que, a partir da postura e das metodologias adotadas pelos professores, essa comunicação vá além e transforme-se em interação capaz de auxiliar no desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, as TICs facilitam a comunicação, o que auxilia, mas não resolve, por si só, o processo, que ainda depende da metodologia do curso e do professor, assim como da ação dos demais envolvidos.

Maia e Mattar (2007) afirmam que “uma característica em geral associada à EaD é o fato de o professor ter deixado de ser uma entidade individual para se tornar uma entidade coletiva” (p.89). Assim, na EaD, a docência é menos solitária, pois, além de toda a equipe responsável pela gestão do curso, ainda existem outras equipes que precisam trabalhar em conjunto, equipes de profissionais que não eram comuns na área da Educação antes do surgimento da EaD. Para que os ambientes virtuais de aprendizagem fossem desenvolvidos, pressupõe-se ter havido parceria entre profissionais da informática, da educação e outros.

As ações do professor, na EaD, são dirigidas a um número bem maior de alunos. Esse professor depende do trabalho de outras pessoas, como as que compõem a equipe de produção de materiais, as equipes audiovisuais, as equipes de tecnologia da informação (TI), entre outras, para que os cursos sejam viabilizados.

Diante disso, reafirma-se que estar apto a um trabalho colaborativo e proativo é primordial para que o professor se destaque nessa modalidade de ensino. Agir, por si só, já não basta. A interação inicia-se exatamente no momento em que tal equipe comunga os mesmos objetivos e prepara-se de forma apropriada para que o trabalho de todos os envolvidos culmine na ação de construção de conhecimento pelos alunos.

Consideramos importante garantir uma proximidade com os acadêmicos, mesmo separados por quilômetros de distância. Com a utilização adequada das TICs, essa proximidade torna-se cada vez mais possível e intensa. Moore e Kearsley (2011), ao abordarem as concepções sobre o papel do professor na EaD, explicam que, mais intensamente do que em outras modalidades de ensino, nela o processo de comunicação deve fluir em ambas as direções. Assim, deve haver situações de ensino e de aprendizagem que possibilitem a comunicação do professor com os alunos e destes com o professor.

Um aspecto a ressaltar é a questão da produção do material didático utilizado na EaD. O professor precisa estar preparado para que, além de apresentar conceitos fundamentais relativos ao conteúdo estudado, esse material possibilite a dialogicidade. Pereira (2007), ao abordar o papel do professor na Educação a Distância, afirma que a produção de textos dialógicos, que tenham a capacidade de fomentar o diálogo com o aluno, que sejam facilmente compreendidos e assimilados e apresentem qualidade científica, são muito importantes nesse processo.

Isso significa que o professor, no processo de organização da escrita, deve produzir materiais a partir de padrões científicos e, acima de tudo, materiais que dialoguem com os alunos, que sejam atrativos, que instiguem a leitura e despertem neles o desejo de ir além, de procurar outros textos, formando uma grande rede de aprendizagem.

A maioria dos professores que atua no Ensino Superior não possui preparo pedagógico para esse tipo de produção. As instituições de Ensino Superior que ofertam a Educação a Distância devem estar preparadas para auxiliar na capacitação do professor, de forma que os materiais didáticos por ele produzidos apresentem as características necessárias e fundamentais apontadas.

Outro aspecto é a aula por videoconferência, comum na EaD, que também exige que o professor esteja preparado para ministrar, pois envolve todo um aparato tecnológico e cinematográfico. Para muitos professores, isso representa uma barreira a vencer, e é necessário apoio técnico, que pode ser viabilizado pela própria instituição, para garantir uma aula que realmente faça a diferença para o aprendizado do aluno.

Também é preciso que essa videoaula seja muito mais do que uma mera aula expositiva, que possibilite a participação efetiva dos alunos, professores e tutores, proporcionando a discussão e a reflexão sobre o assunto. Um fator interessante, na EaD, é que ela permite explorar diferentes realidades, pelo fato de reunir em um mesmo ambiente pessoas de várias partes do país, possibilitando a análise de diferentes realidades e pontos de vista. Os chats têm especial importância para as videoaulas.

Cardoso (2008) observa que na Educação a Distância existem dois grupos de docentes com funções distintas. Um grupo é responsável pelo planejamento do curso, definindo seu formato, sua metodologia, seu currículo, entre outras tarefas, e o outro é responsável pela tutoria.

Neste último caso, os professores são, de modo geral, responsáveis pelo acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, auxiliando, orientando e dirimindo as dúvidas dos alunos. Para Romiszowski e Romiszowski (1998), o tutor é essencial em muitos sistemas de EaD, como principal responsável pelo acompanhamento e controle do processo de aprendizagem.

Ao traçar aspectos culturais da Educação a Distância, Niskier (2009) faz referência a professores e especialistas em EaD e cita o tecnólogo educacional. O autor esclarece que esse profissional não deixa de ser um educador e que precisa ter boa formação em humanidades. Trata-se de um professor preparado para utilizar as tecnologias educacionais em suas metodologias, de forma a melhorar os processos. Contudo, esse professor ainda sofre retaliação por parte das instituições, uma vez que muitas vezes “é visto como usurpador das prerrogativas do professor” (p.31).

Prete (2005), por sua vez, prefere utilizar o termo “orientador acadêmico”. Ao analisar a etimologia do termo “tutor” (protetor do menor), conclui que ele não seria adequado a uma aprendizagem aberta, como se propõe nas gerações mais recentes da EaD. O termo indicaria que os alunos seriam dependentes do tutor, responsável por tomar decisões por eles.

Bezerra e Carvalho (2011) relatam que existe uma diversidade de classificações tanto em relação à terminologia como à função do tutor na Educação a Distância. Também chamam a atenção para o fato de que, em muitas situações, o termo “tutoria” tem sido utilizado de forma equivocada, e corre-se o risco de que os equívocos sejam transpostos para os sistemas de Educação a Distância.

Neste livro, o termo “tutor” remete ao profissional responsável pelo acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem na EaD, visto que essa terminologia também consta nos referenciais de qualidade para a Educa-

ção a Distância instituídos pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, considerando as formas de aprendizagem peculiares a essa modalidade de ensino, entendemos que esse profissional é de máxima importância para que aconteça a formação consistente de sujeitos por meio dela.

Outra característica peculiar da Educação a Distância, que a diferencia da educação presencial, refere-se ao fato de mais de um professor trabalhar em conjunto a mesma disciplina com a mesma turma (considerando o tutor um professor). Isso implica que esses professores estejam preparados para fazer convergir suas ideias e seus conceitos em relação ao conteúdo e também às metodologias, de modo que trabalhem em consonância para atingir os objetivos almejados.

A questão da consonância das ideias também pode garantir maior interação entre os participantes do processo, de forma que perpetue o aprendizado. Para Cardoso (2008), “ambas as funções apresentam desafios, pois a atividade docente a distância é mais complexa do que a educação presencial”.

Para Bezerra e Carvalho (2011), a tutoria constitui-se como um conjunto de práticas educativas que colaboram para desenvolver e potencializar as habilidades dos alunos, de modo que se tornem autônomos na tomada de decisões em relação à sua aprendizagem e ao seu crescimento intelectual.

Diante do exposto, infere-se que a ação do tutor, no sentido de auxiliar o aluno no processo de construção do conhecimento, é, fundamentalmente, de cunho pedagógico. Dessa forma, ele deve ser capacitado a partir dos pressupostos teóricos da epistemologia da educação, para que tenha melhor compreensão do seu papel, assim como do processo em que está envolvido, e seja capaz de desenvolver metodologias e técnicas de ensino capazes de viabilizar o processo de construção de conhecimento de seus alunos.

Maia e Mattar (2007) ressaltam que, dentre as funções dos tutores, destaca-se dar feedbacks constantes aos alunos, mantendo um canal de comunicação constante em relação às dúvidas, às atividades, apoiando-os de modo geral. Os autores observam que, na sala de aula presencial, o feedback é praticamente imediato e ocorre por meio verbal, gestual, visual e auditivo. Na Educação a Distância, esse contato depende do tempo gasto pelo tutor para dar retorno aos alunos. Dessa forma, para que os alunos sintam-se apoiados, a manutenção do canal de comunicação entre eles e os tutores é fundamental.

No caso da Educação a Distância, o tutor precisa dispor de um amplo leque de metodologias para realizar seu trabalho, devido a uma série de fatores, entre eles, a questão da dispersão geográfica dos alunos. Mesmo distante, o tutor precisa fazer-se presente, seja on-line ou em encontros presenciais nos polos de atendimento das instituições. Além disso, por se tratar de uma modalidade de ensino que tem democratizado sobretudo o Ensino Superior, a diversidade de alunos é maior do que aquela normalmente encontrada nas salas de aula do ensino presencial. Isso exige que esse professor use formas diferentes para abordar um mesmo conteúdo, levando em conta as dificuldades dos alunos, de maneira que eles consigam assimilá-lo o máximo possível.

O tutor parece viver um paradoxo constante: precisa lidar com vários alunos, ao mesmo tempo, no mesmo ambiente, e estar preparado para lidar com cada aluno de maneira individualizada. Bezerra e Carvalho (2011) consideram que o tutor precisa estar preparado para avaliar as situações em que é necessária a sua intervenção mais específica junto aos alunos, assim como perceber quando é preciso desenvolver atividades paralelas que permitam sanar as dúvidas de grupos inteiros. Esse profissional deve desenvolver constantes atividades de motivação, tanto em

grupo como individualmente, atuar como o elo entre a linguagem utilizada no ambiente virtual de aprendizagem, os materiais didáticos e a compreensão dos alunos.

Diante disso, evidencia-se que o tutor precisa ter conhecimento e ser hábil em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem que utiliza para a viabilização do curso. Isso é essencial para que ele consiga explorar as ferramentas ao seu dispor de modo adequado, potencializando os processos de ensino e aprendizagem, promovendo a interação, a troca de informações, de experiências e, em consequência, incrementando a formação de seus alunos. É preciso alinhar o conhecimento técnico a teorias pedagógicas diversas, pois a partir delas, e de uma prática reflexiva, sua competência, enquanto mediador do processo em que está envolvido, poderá atingir níveis bastante satisfatórios. Cardoso observa:

A ênfase da modalidade de EaD, que antes era centrada na transmissão de informação, foi substituída pela construção do conhecimento e dos processos reflexivos, e o tutor passou a ser visto como aquele que dá apoio, incentiva, colabora, enfim, é o parceiro do aluno no processo pedagógico. (Cardoso, 2008, p.76)

Nesse processo, compete ainda ao tutor refletir sobre a sua prática, analisando os acertos, para que sejam potencializados, e os erros, para que sejam dirimidos. As exigências em relação ao trabalho desse profissional são muitas, e ele precisa estar ciente de sua importância.

Para Preti (2005), os processos de ensino e aprendizagem não necessitam apenas da cognição, mas principalmente da ambiência humana. Assim, o tutor deve não só compreender o seu papel nas instâncias operacionais e pedagógicas, mas também o de elo entre o professor e o aluno, entre a instituição e o aluno e, muito além disso,

entre o ensino e a aprendizagem. Nesse sentido, deve extrapolar os limites conceituais para aprimorar essa relação, de modo que ela seja constantemente fortalecida.

Observa-se então que, na Educação a Distância, em seu formato atual, a postura de alunos e professores diferencia-se daquela requerida para a sala de aula do ensino presencial. Além de toda a responsabilidade de cada um dos envolvidos no processo de construção do conhecimento, eles precisam lidar com a inserção das TICs, superando eventuais barreiras. Um grande desafio ao professor, na esfera dos relacionamentos humanos, é vencer a barreira do virtual e conseguir a aproximação com os alunos mesmo a quilômetros de distância. Para isso, faz-se imprescindível a utilização das tecnologias como meio para garantir a comunicação interativa e a capacidade de identificar situações em que é necessária a sua intervenção.

A Educação a Distância vem proporcionando, entre outras coisas, o desenvolvimento de um professor capaz de romper as barreiras do tradicional, em função de um processo de ensino e aprendizagem virtual e mais democrático, o que também acontece com relação aos alunos.

O tutor é essencial no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância. Ele deve ter conhecimentos sobre como utilizar as tecnologias da informação no seu trabalho, conhecimentos epistemológicos acerca da educação, conhecimentos relativos aos conteúdos trabalhados. Além disso, deve adotar metodologias e práticas que permitam suprir a falta de contato físico entre alunos e professores.

Ao falar do processo de comunicação nos cursos na Educação a Distância, deve-se considerar a ação dos envolvidos no processo, e os tutores também têm responsabilidade nas dimensões da comunicação nos cursos na EaD, na medida em que são gestores da sala de aula virtual e encontram-se em contato direto com a organização do processo.

5

ORGANIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E GESTÃO NA SALA DE AULA VIRTUAL

Diante das características e dos aspectos gerais da Educação a Distância, de suas diferenças em relação à educação presencial, suas particularidades devem ser consideradas em qualquer decisão a ser tomada em relação a essa modalidade de ensino. E os processos de comunicação e gestão dessa modalidade, inevitavelmente, devem considerar esse contexto de diversidades que a envolvem.

Na EaD, os processos de ensino e aprendizagem requerem organização diferente daquela que se vê nas salas de aulas presenciais, tendo em vista as ferramentas disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem e as possibilidades que oferecem em relação a uma aprendizagem mais aberta e interativa. Isso é importante para a educação em geral, principalmente no caso da educação formal, haja vista que a troca de informações e a reflexão acerca delas são fatores preponderantes para a construção do conhecimento. Diante disso, uma primeira questão a considerar é que as gerações mais recentes da EaD estão estruturadas com base na utilização das TICs, as quais, por sua vez, implementam a criação de ambientes virtuais de aprendizagem.

Outra questão a salientar é que o processo auxiliado por essas tecnologias viabiliza as trocas a partir de um trabalho de mediação pedagógica realizado pelo tutor, figura primordial na Educação a Distância, pois é o responsável pela condução desse processo. Diante disso, percebe-se que o trabalho do professor, na EaD, envolve novas e diferentes metodologias. E, ao contrário do que se pode pensar, nessa modalidade a docência não é solitária, visto ser necessária a união de equipes para a implementação dos processos.

Diante disso, um processo apropriado de formação de sujeitos, por meio da Educação a Distância, para a sociedade emergente, implica, necessariamente, a utilização das TICs e um trabalho de condução do processo, por parte dos tutores, fundamentado de modo adequado. Contudo, apenas isso não basta. É preciso que haja uma organização anterior a esse processo, que contemple todas as necessidades de um sistema de Educação a Distância a partir dos aspectos gerais que caracterizam essa modalidade de ensino.

Antes de fazermos considerações acerca dos processos de comunicação e gestão na sala de aula virtual, apresentaremos a organização da Educação a Distância na perspectiva dos documentos oficiais do Ministério da Educação.

A EaD na perspectiva dos documentos oficiais do MEC

A Educação a Distância tem contribuído para impulsionar a expansão do Ensino Superior no Brasil, o que significa que grande número de sujeitos está sendo formado por meio dessa modalidade de ensino.

Ao analisar sua trajetória, verificamos que a EaD passou por algumas gerações, foi alvo de preconceito e de resistência por parte do Estado, de acordo com Gomes

(2009). O autor, ao abordar a legislação que trata da EaD, faz uma série de questionamentos relativos ao moroso processo de regulamentação e legitimação pelo qual passou essa modalidade em nosso país. Dentre as respostas a esses questionamentos, aponta o suposto receio das autoridades e da própria comunidade acadêmica em relação ao acesso de uma população menos elitista ao Ensino Superior. Considera que “as resistências tendem a não ser ingênuas, tornando difícil o ingresso da nova modalidade no recinto sacrossanto da cidade e o alcance de *status* igual às demais” (p.23).

Mesmo diante disso, aos poucos, a Educação a Distância foi conquistando seu espaço e firmando-se como modalidade de ensino responsável pelo acesso de um número considerável de sujeitos ao Ensino Superior. Diante disso, é inegável a necessidade de elaboração de políticas que garantam sua legitimidade, sua regularização, bem como sua qualidade.

O MEC elaborou um documento intitulado Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, datado de 2003 e atualizado em 2007. O documento visa a “definição de princípios, diretrizes e critérios que sejam referenciais de qualidade para as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade” (MEC, 2007, p.2).

O texto do documento esclarece que ele não tem força de lei, contudo, amparará atos legais do poder público em relação à regulamentação, supervisão e avaliação da EaD. Também aponta como preocupação central

apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de Educação a Distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EaD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade. (MEC, 2007, p.2)

Além disso, a elaboração desses referenciais baseou-se principalmente no Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o qual constitui referência em relação ao credenciamento das instituições, à organização dos cursos, à supervisão, ao acompanhamento e à avaliação. O MEC apresenta as seguintes considerações:

Entre os tópicos relevantes do Decreto, tem destaque:

- a) a caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino;
- b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;
- c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos polos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- f) previsão do atendimento de pessoa com deficiência;
- g) institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância. (MEC, 2007, p.5)

O documento ressalta também a importância de considerar, antes dos critérios organizacionais, a concepção de educação, pois esse deve ser o propósito maior de qualquer sistema de ensino. Adverte ainda que a EaD não

pode desconsiderar as instâncias técnico-científicas de formação dos sujeitos para o mundo do trabalho, assim como a sua formação política e cidadã.

Vieira (2006) considera que os critérios de qualidade devem ser estabelecidos no sentido de garantir, além da formação específica da área de um curso, a formação para a vida.

Os referenciais de qualidade do MEC consideram que o projeto político-pedagógico dos cursos deve expressar sua essência e apresentar, impreterivelmente, os seguintes tópicos:

Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
sistemas de comunicação;
material didático;
avaliação;
equipe multidisciplinar;
infraestrutura de apoio;
gestão acadêmico-administrativa;
sustentabilidade financeira. (MEC, 2007, p.8)

O currículo deve expressar a concepção epistemológica na qual o curso se fundamenta, tendo em vista o aluno que se pretende formar para determinada sociedade. Devem ser contempladas as tecnologias a utilizar, os materiais didáticos, o processo de tutoria, as estratégias de ensino e aprendizagem, a estrutura administrativa. Outro ponto a destacar em relação ao currículo é que organização didático-pedagógica deve prever a interdisciplinaridade e a contextualização, para evitar construção fragmentada do conhecimento. De acordo com o MEC:

A superação da visão fragmentada do conhecimento e dos processos naturais e sociais enseja a estruturação

curricular por meio da **interdisciplinaridade e contextualização**. Partindo da ideia de que a realidade só pode ser apreendida se for considerada em suas múltiplas dimensões, ao propor o estudo de um objeto, busca-se não só levantar quais conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem, mas também perceber como eles se combinam e se interpenetram. (MEC, 2007, p.9)

Outra recomendação importante é que o processo de ensino seja centrado no estudante, e não no professor. A comunicação deve partir desse mesmo pressuposto.

De acordo com o MEC (2007), a Educação a Distância deve ser estruturada em um sistema de comunicação eficaz, que garanta a interação entre alunos e professores, entre alunos e alunos. Devem ser utilizadas tecnologias informacionais diversas, para que o processo de comunicação, tanto síncrona como assíncrona, seja dinâmico.

O MEC (2007) ressalta, no que se refere à comunicação, a importância do processo de tutoria, o qual deve garantir a troca de informações e a interação com o aluno, de forma que se sinta apoiado. Dentre as atividades de tutoria, ganham destaque os encontros presenciais obrigatórios. Daí ser fundamental o desenvolvimento de estratégias de tutoria para atendimento dos alunos.

O documento determina que os materiais didáticos devem ser elaborados de forma que viabilizem a concepção epistemológica pontuada no pedagógico e ser veiculados por diferentes mídias. Podem ser utilizados materiais impressos, CDs, DVDs, videoconferências, programas televisivos e radiofônicos, páginas Web, entre outros. Outra questão é a necessidade de pré-testagem desses materiais antes de serem disponibilizados aos alunos. Ainda no que diz respeito aos materiais, o MEC (2007) aponta a importância da interdisciplinaridade, também para evitar a fragmentação do conhecimento.

Quanto à avaliação, o MEC (2007) recomenda que sejam contempladas tanto a avaliação da aprendizagem como a institucional. A respeito da avaliação da aprendizagem, o documento aponta a necessidade de um processo contínuo, para que as dificuldades de aprendizagem sejam vencidas no decorrer dos processos de ensino e aprendizagem. Ressalta ainda a obrigatoriedade de avaliações presenciais, nas quais se aplicam as “precauções de segurança e controle de frequência” (p.17).

Acerca da avaliação institucional, os apontamentos dos referenciais de qualidade para a Educação a Distância convergem com a dos sistemas presenciais de ensino. O documento em questão ressalta a importância de uma avaliação institucional que envolva alunos, professores, tutores, equipe técnico-administrativa, de forma que sejam tomadas constantes ações para melhoria do processo e garantia da qualidade, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O documento recomenda que as Instituições de Ensino Superior (IES) planejem uma avaliação constante, considerando os seguintes aspectos: organização didático-pedagógica, corpo docente, corpo de tutores, corpo técnico-administrativo, corpo de discentes, instalações físicas e meta-avaliação (uma autocrítica em relação aos resultados obtidos a partir da avaliação).

No que diz respeito à equipe multidisciplinar, o MEC (2007), diante da diversidade da Educação a Distância, recomenda que, para a implementação dos cursos, tal equipe seja estruturada com docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo. O documento considera que o corpo docente precisa compartilhar as concepções epistemológicas explicitadas no projeto pedagógico, no sentido de estruturar sua disciplina pautada em tal concepção. Além disso, deve ter conhecimento acerca da organização dessa modalidade de ensino, para que as suas especificidades sejam atendidas.

Sobre os tutores, o documento ressalta a sua importância para o processo e aponta a necessidade de programas de tutoria presenciais e a distância. Ainda, com relação à equipe multidisciplinar, o MEC (2007) aponta a importância dos coordenadores de polos para o funcionamento adequado dos processos administrativos e pedagógicos de cada unidade.

No que diz respeito à infraestrutura de apoio, o MEC (2007) assinala que há a necessidade de unidades com estrutura física adequada para viabilizar a coordenação acadêmica, operacional, bem como o processo de gestão dos sistemas de EaD, e estabelece que

estas unidades de suporte ao planejamento, produção e gestão dos cursos a distância, em vista de garantir o padrão de qualidade, necessitam de infraestrutura básica composta minimamente por secretaria acadêmica, salas de coordenação do curso, salas para tutoria a distância, biblioteca, sala de professores, sala de videoconferência (opcional). (MEC, 2007, p.24)

O documento ressalta também a importância dos polos de apoio presencial no atendimento e suporte ao estudante, os quais, para tal, devem contar com estrutura física adequada e pessoal capacitado. Assim, devem contar com bibliotecas, laboratórios de informática, salas de tutoria, secretaria, laboratórios de ensino, boas condições de acessibilidade e plano de manutenção da estrutura física.

Ao tratar da gestão acadêmico-administrativa, o MEC (2007) ressalta que, na Educação a Distância, ela é complexa e necessita ser organizada de tal forma que garanta a unidade de todos os processos envolvidos. Mais ainda, deve viabilizar aos alunos, geograficamente dispersos, todos os serviços acadêmicos a que um aluno do ensino

presencial tem acesso. Desse modo, um processo de gestão da Educação a Distância deve considerar:

- a) um sistema de administração e controle do processo de tutoria, especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância;
- b) um sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático;
- c) um sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade;
- d) bancos de dados do sistema como um todo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores, coordenadores, tutores etc.;
- e) cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- f) sistema de gestão dos atos acadêmicos, tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula;
- g) registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive, recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
- h) um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade. (MEC, 2007, p.30)

Por fim, o documento do MEC (2007) apresenta considerações a respeito da sustentabilidade financeira. Explica que o investimento inicial, nos sistemas de EaD, é elevado devido às características dessa modalidade e deve contemplar as tecnologias utilizadas, a produção de material, os polos de apoio presencial, entre outros itens. Dessa forma, o retorno aos investimentos iniciais só pode

ser considerado a médio prazo. Para uma organização financeira adequada, o documento propõe a elaboração de uma planilha que inclua os investimentos de curto e médio prazo e o custeio. Atrelada a essa planilha deve ser estipulada a oferta de vagas.

Nas considerações e recomendações dos referenciais de qualidade para o Ensino Superior a distância, as preocupações com as questões pedagógicas são ressaltadas em relação às demais, devido à importância desse referencial para a expansão com qualidade dessa modalidade de ensino, no sentido de formar os sujeitos para construir uma sociedade mais justa, que ofereça mais oportunidades a todos, sobretudo aos socialmente marginalizados.

O que se espera, diante disso, é que os sistemas de EaD no Brasil considerem as diretrizes estabelecidas por meio dos referenciais de qualidade, bem como a legislação vigente para essa modalidade de ensino.

A articulação entre organização, comunicação e gestão

Tratar da organização e gestão da Educação a Distância implica considerar as formas de concepção de cursos nessa modalidade de ensino, visto que esse é o ponto de partida das ações comunicacionais dos sujeitos.

Para Moore e Kearsley, o primeiro passo ao se pensar na estruturação de um sistema de EaD é formular algumas perguntas:

Que conteúdo deve ser incluído ou excluído?

De que forma ocorrerá a sequência e a estrutura da matéria?

Que mídias serão usadas para apresentar as diferentes partes do material?

Que estratégias de ensino serão utilizadas?

Quanta interação existirá entre alunos e instrutor e entre os alunos?

Como o aprendizado será avaliado e que forma assumirá o feedback para os alunos?

Quais métodos de produção serão usados para criar os materiais de ensino? (Moore; Kearsley, 2011, p.107)

Ao propor isso, os autores fundamentam-se na ideia de que a instituição que oferece cursos por meio da Educação a Distância deve concebê-los a partir da organização do trabalho de uma série de especialistas. Ao falarem sobre a criação de sistemas educacionais, afirmam que a maioria dos cursos orienta-se pela Elaboração de Sistemas de Instrução (Instructional Systems Design – ISD). Tal modelo sustenta-se na conexão entre teorias de sistemas, da psicologia e da comunicação e informação. Os autores explicam ainda que o ISD originou-se na Segunda Guerra Mundial, diante da necessidade de treinamento mais eficiente durante a guerra.

Ao elencarem os estágios da criação de sistemas educacionais pautados no modelo ISD, apontam as etapas de análise, elaboração, desenvolvimento, implementação e avaliação. A análise consiste na identificação das características dos alunos, dos ambientes de aprendizagem, na seleção de conteúdo realmente necessário a eles e ao curso. Já na etapa da elaboração devem ser traçados os objetivos de aprendizagem para o curso, o que envolve pensar nos tipos de materiais a utilizar, nas atividades, nas formas de interação, entre outras tarefas. Na etapa de desenvolvimento, devem ser elaborados os materiais e as atividades que permitirão alcançar os objetivos de aprendizagem traçados para o curso. A implementação é a hora de colocar em prática tudo aquilo que foi planejado para o curso. Por último, a avaliação consiste em testar todo o

processo anteriormente descrito; é o momento de verificar a eficácia dos materiais, assim como os procedimentos dos cursos.

Com relação à organização dos cursos na Educação a Distância, Castro e Ladeira (2009) explicam que a equipe gestora deve coordenar atividades interdependentes que serão executadas por equipes multidisciplinares. Isso envolve etapas como “diagnóstico e análises preliminares, produção, implementação e avaliação” (p.235). Os itens elencados por esses autores são basicamente os mesmos apontados por Moore e Kearsley (2011).

Em relação à estrutura organizacional da Educação a Distância, Rumble aproxima-se dos autores citados. O autor aponta a necessidade de departamentos responsáveis pelas etapas envolvidas na criação e manutenção dos cursos. Menciona um departamento encarregado e especializado em tecnologias de ensino; outro que responda pela tutoria, pelo aconselhamento e acompanhamento dos estudantes; um departamento ao qual cabe a produção de materiais, outro encarregado da distribuição deles (uma espécie de departamento de logística responsável pelo envio de materiais e outros itens aos alunos); por fim, assinala a necessidade de uma unidade administrativa que ofereça os serviços acadêmicos em geral.

O planejamento, com etapas bem definidas, parece preponderante para a viabilização de cursos em Educação a Distância. Ele deve contemplar, na etapa de análise, questões amplas, como a utilização das tecnologias por parte dos alunos e o acesso a elas, o nível de conhecimento dos alunos, os seus objetivos e as suas expectativas em relação ao curso, assim como o contexto cultural que os envolve.

Consideramos que, ao pensar em um curso nessa modalidade de ensino, a equipe gestora deve levar em conta dois aspectos primordiais. O primeiro diz respeito à con-

cepção pedagógica que será adotada, fundamental para o processo educativo, visto que a atuação dos atores desse processo deverá ser convergente com essa concepção epistemológica. O outro está diretamente relacionado à questão tecnológica, pois é preciso definir quais tecnologias serão utilizadas para que seja colocada em prática a concepção epistemológica adotada.

A Educação a Distância constitui uma modalidade de ensino que implica o uso de tecnologias de informação e comunicação e pressupõe uma aprendizagem mais aberta. O foco do processo encontra-se exatamente na aprendizagem, no aluno, e não no ensino, no professor.

Rumble (2003) relata que os modelos de Educação a Distância que têm o aluno como foco do processo pautam-se em uma concepção humanista e de cunho social, em que as experiências dos sujeitos são consideradas. Contudo, o autor ressalta que, apesar disso, é preciso considerar também o desejo do aluno de estudar sozinho ou em pequenos grupos.

A docência na EaD não é solitária, como pode parecer. Muito pelo contrário, ela é realizada junto a outros profissionais, e todos, em equipe, viabilizam uma disciplina, um curso. A ação de uma equipe multidisciplinar, composta por técnicos em informática, professores, tutores, coordenadores, responsáveis pela elaboração de material, *design* gráfico ou instrucional, entre outros, é inerente à EaD.

Castro e Ladeira (2009), ao realizarem um estudo de caso sobre o planejamento e a gestão de cursos em Educação a Distância, apresentam as Instituições de Ensino Superior pesquisadas. No caso de uma dessas instituições, para a viabilização de um sistema de EaD montou-se “uma equipe multidisciplinar com especialistas em engenharia, comunicação, pedagogia e computação com larga e sólida experiência em educação superior” (p.238).

Ao falar sobre a estruturação de cursos em Educação a Distância, Gamez (2012) relata que “vários modelos são utilizados no campo do *design* instrucional e podem ser caracterizados como modelos conceituais, procedimentais, matemáticos e prescritivos” (p.75). O autor explica que, ao se fazer uma revisão da literatura sobre esse tema, observa-se que, a partir da inserção das TICs na EaD, os modelos de curso passaram de um formato de cascata para outro em forma de espiral. Essas alterações podem ter ocorrido graças à possibilidade de interação e flexibilidade que tais tecnologias proporcionaram ao processo.

Outra questão, em relação à estrutura de um curso, é que ela relaciona-se diretamente com a gestão. É por meio da estrutura dos cursos que um sistema de EaD se consolida, e as ações da gestão estão relacionadas a ela. Outros fatores também fazem parte desse contexto, porém, uma parcela significativa do trabalho da equipe gestora estará relacionada ao *design* instrucional.

A importância dos testes dos programas de Educação a Distância por meio de avaliações do processo é ressaltada pela maioria dos autores. Não se trata de uma avaliação da aprendizagem dos alunos, mas do curso, em termos estruturais e organizacionais.

Gamez explica que, para implementar um processo de Educação a Distância, deve ser feita uma avaliação detalhada dos vários fatores envolvidos, processo que demanda um grande esforço da instituição. Aponta como necessário considerar

a análise dos custos e o retorno financeiro, o dimensionamento da (enorme) carga de trabalho envolvida na realização de tal iniciativa, os esforços para atender aos padrões de qualidade de ensino, a competência da equipe de concepção e *design*, a imagem e a missão da institui-

ção, entre outros fatores que devem ser meticulosamente avaliados. (Gamez, 2012, p.78)

Outro ponto de convergência entre os autores é que não existem regras específicas para a criação de cursos em EaD, mas não há como elaborar um curso de qualidade sem considerar os aspectos básicos mencionados, entre outros.

Moore e Kearsley (2011) listam alguns princípios gerais que devem reger a organização dos cursos, como: boa estrutura, objetivos claros, unidades pequenas, participação planejada, integralidade, repetição, síntese, simulação e variedade, modularidade, feedback e avaliação.

Os autores explicam que a organização do curso precisa ser facilmente compreendida pelos alunos, o que implica a composição bem definida das suas partes. A clareza dos objetivos relaciona-se diretamente aos processos de ensino e aprendizagem, pois, quando estão claros, torna-se mais simples elaborar estratégias e usar meios para atingi-los. O conteúdo do curso deve ser dividido em pequenas partes, que favoreçam a compreensão e a apreensão por parte dos estudantes; essa divisão não significa reduzir o conteúdo, mas desmembrá-lo, de modo a facilitar o seu entendimento e a sua fixação. A participação planejada deve ser organizada pelos tutores; consideram que não se deve esperar a participação espontânea dos alunos, os quais precisam ser motivados, instigados a participar; pode se dar por meio de tarefas e atividades previamente planejadas para esse fim. A integralidade está diretamente relacionada à organização do material, que os autores consideram bastante relevante e deve apresentar uma série de adendos ao texto principal, elaborados com a utilização de diferentes linguagens, verbais e não verbais.

A repetição, segundo Moore e Kearsley (2011), é fundamental na Educação a Distância, mais do que em outras modalidades, pois pode oferecer um reforço compensatório em relação à dispersão dos alunos. Ao falarem

sobre a necessidade da síntese, explicam que ela deve ser constituída principalmente por materiais a que os alunos tenham acesso, os quais necessitam estar conectados. A simulação e a variedade devem ser propiciadas pelo material do curso, de forma a captar e manter a atenção dos alunos. A modularidade, para os autores, deve ser bipartida em módulos que permitam aos alunos adaptar o conteúdo aos seus objetivos; essa divisão pode propiciar com maior facilidade a flexibilidade inerente à EaD, pois a partir dos módulos o aluno pode planejar a execução das atividades propostas do modo que lhe convier e dentro dos parâmetros determinados. Para finalizar, os autores reforçam a relevância das avaliações e dos feedbacks constantes, que devem objetivar uma aproximação com os alunos, para que não se sintam sem apoio, e permitem alterar o processo sempre que necessário para a melhoria dele.

Rumble (2003) também ressalta que, na Educação a Distância, é de máxima importância preocupar-se primeiramente com os objetivos e, a partir deles, definir o material pedagógico, assim como as estratégias de apoio aos alunos.

Diante do que foi apresentado, verificamos que a gestão considera, impreterivelmente, os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, há que se considerar não somente os coordenadores de cursos e os diretores como gestores dos sistemas de Educação a Distância, mas também o tutor, com o seu importante papel de gestor da sala de aula virtual.

O trabalho do tutor na organização de cursos faz a diferença, uma vez que a gestão perpassa por essa instância pedagógica. Rumble (2003) afirma que, para que a tutoria não se torne um problema para a gestão de sistemas de EaD, considerando sua importância nesse processo, “é preciso assegurar a formação e iniciação dos tutores, assim como o planejamento, a organização e o controle de seus trabalhos” (p.18).

De acordo com Mill (2012), a gestão da Educação a Distância é tarefa complexa, pois, ao mesmo tempo que requer fundamentos da gestão da educação de forma geral, como conceber/planejar, sistematizar/organizar, coordenar/dirigir e supervisionar/controlar, que já representam um desafio, nessa modalidade de ensino essas habilidades apresentam peculiaridades. O autor afirma ainda que “o gestor da EaD precisa compreender que a natureza do processo educativo não se confunde com a natureza do processo produtivo, e também que a natureza do processo educativo virtual (a distância) distingue-se do processo educativo presencial” (p.5). Pode-se inferir, do texto do autor, que o conhecimento dos aspectos que integram a modalidade a distância é essencial para o trabalho dos coordenadores e diretores, para o planejamento de tal modalidade de ensino.

A organização sugerida pelo autor para a gestão de cursos em Educação a Distância prevê, atrelados a ela: processos de comunicação; estrutura e funcionamento; fundamentos da gestão; proposta pedagógica e políticas educacionais; cultura e mentalidade; institucionalização, sistemas e processos; estratégias e desafios; recursos materiais e infraestrutura; recursos humanos, financeiros e tecnológicos; a democratização e a flexibilidade em que se inserem espaço/tempo, matriz pedagógica, comunicação e personalização.

Diante dos apontamentos feitos, salientamos que os gestores – aqui entendidos sobretudo como os tutores, coordenadores e diretores – veem seus papéis tradicionalmente construídos sofrerem mudanças consideráveis quando se trata da Educação a Distância.

Acerca da gestão da EaD, Castro e Ladeira (2009) constataram uma forte tendência de que seja realizada por processos. Segundo os autores, a gestão por processos caracteriza-se pela união de várias equipes que trabalham de modo compartilhado e por meio de ações integradoras, em que cada membro tem consciência da sua responsabi-

lidade. Os autores consideram que seria mais adequada à EaD, em sua geração mais recente, uma gestão horizontalizada e, em consequência, menos verticalizada.

Entendemos que essa gestão mais horizontalizada se caracterizaria por estratégias mais abertas de gestão, de forma menos centralizadora, permitindo maior autonomia e participação ativa de todos os envolvidos no processo na tomada de decisões. Uma gestão democrática e participativa em todos os âmbitos da gestão escolar.

Evidencia-se a necessidade de criação de centros gestores e de centros de comunicação específicos para a Educação a Distância, uma vez que “há uma dimensão administrativa, pedagógica e financeira de características próprias; e, ainda, há de ser considerada a produção dos materiais didáticos orientados para os cursos ofertados ou a serem ofertados” (Vieira et al., 2012, p.69). Cada diretoria seria responsável pelos aspectos que compõem a estrutura dos cursos. Haveria uma diretoria pedagógica, uma diretoria de tecnologia da informação, uma diretoria administrativa e outras.

Em relação ao processo de comunicação, as instituições que oferecem essa modalidade de ensino devem contar com os polos de apoio presencial. Caracterizam-se como uma espécie de “braço” da instituição, devendo oferecer estrutura e pessoal adequado para apoio ao aluno. Nos polos também são realizadas as atividades presenciais obrigatórias determinadas pela legislação vigente, como as avaliações.

Essa questão pressupõe mais um desafio para a gestão e comunicação nos sistemas em Educação a Distância: a necessidade de gerir unidades da instituição separadas pela mesma distância geográfica que a separa dos alunos. Essas unidades precisam comungar os objetivos e as propostas da instituição para que se tornem parte integrante do todo – neste caso, a instituição mantenedora.

Há ainda a questão financeira. Para que a instituição possa organizar um curso de Educação a Distância, é

necessário angariar, distribuir e administrar os recursos financeiros. Rumble (2003) recomenda que seja estabelecido um orçamento, preparado pela equipe de direção junto com profissionais especializados em finanças, e exercido o controle financeiro. É necessário considerar todas as especificidades dos sistemas de EaD para o planejamento orçamentário, traçando-se metas tangíveis, de acordo com a realidade da instituição. Outro aspecto relevante citado pelo autor é a adaptação de tal orçamento às circunstâncias.

Diante do exposto, fica evidente que o processo de comunicação, na Educação a Distância, é de grande amplitude, uma vez que a própria modalidade de ensino também apresenta ampla dimensão, em comparação com a educação presencial, decorrente, entre outros fatores, da distância geográfica e temporal que separa os seus sujeitos. A dispersão dos processos que a compõem é bastante relevante, o que impõe para a equipe responsável pela gestão a desafiadora tarefa de junção dos eixos dispersos, de forma a garantir a unidade. Somente a unidade do processo de um sistema de EaD resultará em processos de ensino e aprendizagem capazes de formar sujeitos intelectualmente independentes e menos vulneráveis à alienação social causada por grupos dominantes. Ainda, essa modalidade de ensino apresenta uma série de particularidades que não podem ser desconsideradas por uma gestão eficiente, e a ação da equipe gestora é fundamental para a qualidade dos processos de comunicação, de ensino e aprendizagem.

O processo de comunicação e gestão na sala de aula virtual

Os tutores muitas vezes atuam em cursos diferentes, mas as ferramentas utilizadas são basicamente as mesmas e, com exceção do telefone, são empregadas por meio do

ambiente virtual de aprendizagem. Este ambiente proporciona diversas ferramentas de interação com os alunos, e todos os tutores precisam saber utilizá-las.

As ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem podem permitir um processo comunicativo fluente. Contudo, o uso do telefone ainda figura como importante. Isso acontece porque a maioria das ferramentas utilizadas nesse ambiente envolve uma comunicação que acontece por meio da palavra escrita e, em muitos casos, os alunos podem ter dificuldade para entendê-la.

Desse modo, uma estratégia fundamental no processo de interação, bem como no processo de ensino da Educação a Distância, seria a utilização de diferentes linguagens, de forma que tal estratégia pudesse atingir maior número de alunos. Okada e Barros (2010) explicam que os ambientes virtuais de aprendizagem precisam apresentar uma estrutura metodológica que contemple, ao mesmo tempo, o coletivo e o individual e que considere as necessidades pessoais. Ações para atender a essas necessidades devem ser planejadas pelos tutores.

Os ambientes virtuais de aprendizagem funcionam como meio para viabilizar a Educação a Distância em suas gerações mais recentes, mas a ação dos sujeitos envolvidos no processo é fundamental. Ressalta a necessidade de um processo de comunicação, na sala de aula virtual, em que o tutor, a partir da concepção de aprendizagem da instituição, torna-se responsável pela tomada de decisões, pelo desenvolvimento de estratégias, pela viabilização de outras ações que visem a organização desse ambiente no que se refere ao processo de ensino.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação impulsionou a interação e o processo de comunicação na Educação a Distância. O desenvolvimento dos ambientes virtuais de aprendizagem também figura como fator primordial de ampliação dessa modalidade,

visto que o processo desenvolve-se basicamente por meio deles. Por isso, entendemos que classificá-lo como sala de aula virtual está de acordo com a sua utilização na EaD on-line. Para Almeida (2003), “o uso das TICs na EaD poderá levar à tomada de consciência sobre a importância da participação de professores e tutores em todas as etapas da formação, a qual implica compreender o processo do ponto de vista educacional, tecnológico e comunicacional” (p.338).

A interação entre os tutores e as pessoas que fazem o curso por vezes está relacionada a uma situação mais individualizada entre ele e o aluno, e não entre ele e a turma propriamente dita, o que pode constituir um ponto falho em relação à gestão, visto que a interação com a turma também se faz primordial na EaD. A tentativa de motivação dos alunos deve ser constante, e deve contemplar o envio de mensagens desejando aos alunos “bom final de semana” ou “bom começo de semana”, por exemplo. Nessas ações ocorre aproximação e afetividade, o que possibilita superar a frieza das tecnologias e construir uma relação mais próxima com os alunos.

No que se refere à aprendizagem aberta, característica da Educação a Distância, é preciso direcionar os alunos no estudo e complementar o conteúdo por meio da disponibilização de materiais auxiliares. Há a necessidade de diálogo entre os integrantes da equipe e os professores das disciplinas, para garantir a concretização da concepção de aprendizagem do curso. O debate entre tutor e aluno deve acontecer no sentido de esclarecer o conteúdo trabalhado. A interação entre os participantes do processo, oferecendo aos alunos feedbacks das atividades realizadas, é fundamental.

Para Souza (2000), a aprendizagem significativa e a colaborativa se correlacionam e se complementam, na medida em que a participação em um processo de colaboração proporciona a troca e a construção de conhecimentos.

Maia e Mattar (2007) consideram que o feedback constante é uma das premissas para a aprendizagem na Educação a Distância. A comunicação constante com o tutor faz que o aluno sinta-se apoiado. As ações desenvolvidas pelos tutores devem criar vínculos e garantir contato constante com os alunos, além de instigar a aprendizagem por meio do oferecimento de materiais complementares.

Para uma comunicação e gestão eficazes, todos os envolvidos precisam compartilhar a mesma concepção de educação, para que o resultado seja coerente. Os tutores devem acompanhar a elaboração do material didático, pois eles têm contato direto com os alunos. Rumble (2003) ressalta que as chances de sucesso de um programa de EaD aumentam quando o trabalho é realizado em equipe e o programa é discutido.

Devido à diversidade que permeia essa modalidade de ensino, as equipes nela envolvidas em geral são variadas, compostas por diferentes profissionais. O trabalho das equipes está inteiramente interligado e há relação de interdependência entre elas.

Retamal (2009) aponta a necessidade de interação e diálogo entre as equipes que constituem um projeto de Educação a Distância. A autora destaca a importância de integrar todos os membros da equipe ao grupo, de modo que cada membro sinta-se participante do processo. Na sua concepção, é essencial que todos sintam-se à vontade para expor suas ideias e contribuir para a melhoria do processo.

Uma das premissas da gestão da Educação a Distância é a necessidade de manter a coesão das equipes. As falhas podem provocar um efeito em cadeia e comprometer aspectos dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, um dos desafios dos gestores da EaD é ter uma equipe bem preparada e coesa. Retamal (2009) afirma que “o gestor deve ter habilidade de trabalhar com seus membros de forma cíclica, dinâmica e interativa” (p.42), que possui papel fundamental e deve estar munido de

habilidades como criatividade, inovação e capacidade de definição de estratégias.

Observa-se então que a gestão participativa é praticamente inerente ao processo de gestão da Educação a Distância. O conceito de gestão participativa democrática é bastante difundido na escola pública. Essa modalidade de gestão está prevista na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, art. 3, inciso VIII. De acordo com Lücke (2009), “a educação é um processo social colaborativo” (p.70), e na Educação a Distância essa colaboração é imprescindível em várias instâncias, desde a pedagógica até a organizacional, daí entendermos que a gestão participativa é inerente a essa modalidade de ensino.

As tecnologias de informação e comunicação estruturaram o processo metodológico. São inegáveis as mudanças sociais ocasionadas com a sua utilização, inclusive no cenário educacional. Um marco para a expansão da Educação a Distância no Brasil se deu em função do uso das TICs. Elas proporcionaram a aproximação e interação entre os participantes dos cursos ofertados pela EaD, o que também contribuiu para impulsionar os processos de ensino e aprendizagem. Kenski (2008) observa:

Com um grau maior de complexidade nas formas sociais de interação e comunicação no ensino, nós podemos usar o espaço virtual para realizar atividades – didaticamente ativas e envolventes – construídas com a participação e a cooperação entre alunos e professores. Um ensino baseado em trocas e desafios. Que envolva e motive os alunos para a participação e a expressão de suas opiniões. (Kenski, 2008, p.13)

O uso das tecnologias que convergiram para os ambientes virtuais de aprendizagem na Educação a Distância proporcionou inovações metodológicas e uma aprendizagem aberta e mais flexível.

Os processos de comunicação e gestão impõem certa dificuldade em relação ao número de alunos. A numerosa demanda de alunos gera a demanda de equipes igualmente numerosas, o que pode dispersar o processo de gestão e gerar dificuldades para o controle das instâncias envolvidas. Mill e Brito (2009) afirmam que a gestão da Educação a Distância é mais complexa e dinâmica e mais fragmentada, levando em conta as diversas instâncias envolvidas e a dimensão em número de alunos e espaço geográfico.

Sapucaia (2012) destaca que as numerosas demandas de alunos, na Educação a Distância, acabam por gerar equipes formadas por diversos docentes, com diferentes funções, como o coordenador, o professor, o tutor e demais responsáveis pelo ensino. Moore e Kearsley (2011) observam que cabe aos sujeitos da EaD, em qualquer função, a formulação de uma visão e de uma missão, bem como de metas e objetivos. Os autores citam a necessidade de adequar as aspirações aos recursos disponíveis e avaliar a necessidade de mudanças, considerando as alterações tecnológicas e sociais.

Ao finalizar estas considerações, mencionamos Belloni (2009), que considera que a EaD é uma saída para a democratização do Ensino Superior. Contudo, é preciso ter cautela, para que não se torne uma modalidade de ensino assemelhada à produção industrial, em série e em larga escala. Os números apresentados nos censos da Educação Superior, nos últimos anos, confirmam o significativo crescimento da Educação a Distância. Para a gestão de cursos da EaD, torna-se mais um desafio mensurar e controlar adequadamente o número de alunos das turmas, de forma que não comprometa a qualidade do ensino e da aprendizagem. Todas as tecnologias de comunicação devem estar a serviço dos processos de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade encontra-se em um paradigma. A informação propaga-se velozmente graças à utilização de variada gama de tecnologias comunicacionais que proporcionam a disponibilização e a troca de informações entre pessoas dispersas por todas as partes do mundo. Essas tecnologias permitem que os sujeitos conectem-se por meio de uma grande rede que, paradoxalmente, os mantém ao mesmo tempo próximos e distantes, caracterizando espaços virtuais de interação.

Com isso, observamos, nas últimas décadas, uma série de mudanças que levaram alguns estudiosos a classificar tal sociedade como sociedade da informação. As implicações desse paradigma podem ser observadas em vários subsistemas sociais. A forma de divulgação dos conhecimentos cientificamente produzidos também ganhou novo formato, o que os tornou mais acessíveis, pois eles também circulam em redes, organizados em bancos de dados aos quais uma parcela considerável de pessoas tem acesso.

Desse modo, novas formas de ensinar e aprender surgem tanto na educação formal como na informal, com destaque para a Educação a Distância e suas gerações mais recentes, que também utilizam esses recursos tecnológicos

para dinamizar os processos de ensino e aprendizagem, tanto no que se refere à interação entre seus pares como aos conteúdos e outros objetos de aprendizagem, ampliando as possibilidades de emprego de metodologias mais criativas.

No Brasil, essa modalidade de ensino passou por um moroso processo de regulamentação. Contudo, nos últimos anos, depois de devidamente regulamentada, tem sido preponderante no processo de democratização do Ensino Superior, o que pode ser constatado em cada censo sobre esse nível de ensino que tem sido divulgado.

Com o destaque que a Educação a Distância tem assumido em relação à democratização do Ensino Superior no país, proporcionando a formação de um número significativo de sujeitos, essa modalidade de ensino deverá ser alvo de constantes reflexões sobre todos os aspectos que a envolvem e a diferenciam da educação presencial e tradicional. O princípio para a elaboração de sistemas de Educação a Distância são a diversidade e as diferenças, as quais também devem ser a premissa considerada pelos gestores na criação e manutenção de cursos.

As tecnologias de informação e comunicação têm papel de destaque no contexto da EaD. Permitem a criação de ambientes virtuais de aprendizagem interativos que viabilizam a comunicação entre professores, tutores e alunos e a troca de informações, o que é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, tornam-se necessárias uma equipe de tecnologia da informação e uma equipe pedagógica preparadas para trabalhar em um ambiente como a sala de aula virtual. As tecnologias de informação e comunicação fazem parte do processo metodológico da EaD, e seus sujeitos precisam compreender esse aspecto.

Novos profissionais estão envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem na Educação a Distância, com destaque para a figura do tutor. O seu papel primordial na EaD e as suas práticas na sala de aula virtual são preponderantes para o bom andamento dos processos de ensino

e aprendizagem e, em consequência, para o processo de formação dos sujeitos.

Os sistemas de EaD requerem o trabalho integrado de equipes multidisciplinares, dentre elas: equipes de tecnologias de informação e comunicação, de produção de materiais, pedagógica, administrativa. E um dos desafios dos gestores é manter a coesão dessas equipes, para que se chegue de forma comum ao objetivo final.

Mais do que na modalidade presencial, os partícipes do processo na EaD precisam estar preparados para o trabalho em equipe, uma vez que várias pessoas e profissionais fazem parte do processo e todos precisam estar concatenados, de forma a garantir a clareza de suas ações. Com relação ao processo de gestão da Educação a Distância, os gestores devem pautar-se nos pressupostos da gestão educacional como um todo e, a partir dela, considerar as especificidades dessa modalidade de ensino e traçar estratégias que conduzam o processo para que os objetivos da educação sejam alcançadas. Os documentos que regem a organização da Educação a Distância no Brasil apontam que, embora os sistemas possam contemplar formas diferentes de organização, o objetivo primeiro de todos é a educação.

Ao analisar as propostas para a organização da Educação a Distância nos documentos oficiais que a regem e na literatura sobre o tema, verificamos que a sua organização é bastante complexa. Além dos pressupostos básicos de qualquer sistema de educação, deve-se considerar o fato de que há uma separação espacial e temporal entre seus partícipes, com todas as implicações decorrentes disso. Embora a EaD apresente muitas complexidades e particularidades, ao fazer uma breve análise dos documentos oficiais que a regulamentam, percebemos que, muitas vezes, eles apenas transpõem para essa modalidade modelos já prontos da educação presencial. Este contexto pode ser um agravante para os processos de comunicação e gestão em Educação a Distância, tendo em vista as suas diferenças em relação à modalidade

presencial. Assim, é fundamental que os seus instrumentos reguladores libertem-se do modelo estabelecido pela educação presencial e, realmente, pensem em uma educação aberta, que deve ser regulamentada e fiscalizada, mas a partir da sua própria identidade de modalidade de ensino.

Além de todas as competências necessárias para a gestão de cursos na Educação a Distância, considerando a sua expansão e amplitude, a inserção das TICs, a necessidade de polos presenciais, o trabalho de equipes multidisciplinares, entre outros fatores, seus partícipes precisam ter uma percepção bastante universal e diversificada para utilizar diferentes linguagens, assim como diferentes formas de comunicação, e fazer-se presentes como um elo entre tantas instâncias que viabilizam um sistema de EaD.

Retomamos então o objetivo que moveu a realização do trabalho que originou esta obra. Nossa proposta foi analisar a relação entre as novas tecnologias de informação e comunicação e o ensino e aprendizagem na Educação a Distância, buscando compreender como ocorre o processo de comunicação e gestão na sala de aula virtual. A atividade de análise pressupõe uma série de outras atividades das quais lançamos mão para que nosso objetivo fosse alcançado. Assim, para chegarmos às palavras finais deste livro, observamos, apreciamos, criticamos, julgamos e constatamos que a comunicação e a gestão da Educação a Distância e dos cursos por ela ofertados constitui tarefa complexa, destinada àqueles que possuem conhecimento sobre essa modalidade de ensino e consideram-na como um meio para formar e educar pessoas.

A formação de pessoas, por sua vez, perpassa por concepções internas e externas ao ser humano, e uma das suas etapas é a predisposição para construir, desconstruir, aprimorar conhecimentos. Mostra-se fundamental, portanto, que os sujeitos da Educação a Distância estejam cientes das especificidades dessa modalidade de ensino e nunca percam de vista esse processo de formação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. *Censo EaD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2011*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a Distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p.327-40, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2013.
- _____. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Orgs.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009.
- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Orgs.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009.
- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. *Revista Ciência e Informação*, Brasília, v.29, n.2, p.7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200002>. Acesso em: 9 maio 2013.
- BEHRENS, M. A. Aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 19.ed. Campinas: Papirus, 2012.

- BELLONI, M. L. *Educação a Distância*. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BEZERRA, M. A.; CARVALHO, A. B. G. *Tutoria: concepções e práticas na Educação a Distância*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622/05. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- _____. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- CARDOSO, A. L. T. A difícil tarefa de ser tutor na atualidade. In: COSTA, M. L. F.; ZANATTA, R. M. (Orgs.). *Educação a Distância: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos*. Maringá: Eduem, 2008.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 9.ed. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2006, v.1.
- _____; CARDOSO, G. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- CASTRO, J. M. de; LADEIRA, E. da S. Gestão de planejamento de cursos a distância (EaD) no Brasil: um estudo de casos múltiplos em três Instituições de Ensino Superior. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v.10, n.2, p.229-47, jul./dez. 2009.
- CORRÊA, J. Estruturação de programas em EaD. In: *Educação a Distância: orientações metodológicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- FERREIRA, J. L. F. Moodle: ambiente virtual de aprendizagem. In: COSTA, M. L. F.; ZANATTA, R. M. (Orgs.). *Educação a Distância: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos*. Maringá: Eduem, 2008.
- GAMEZ, L. A estrutura de curso em Educação a Distância. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Orgs.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2012, v.2.
- GOMES, C. A. da C. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Orgs.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009.
- GOMES, T. de S. L. Desenvolvimento de ambientes virtuais: novos desafios. In: CORRÊA, J. *Educação a Distância: orientações metodológicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GUIMARÃES, J. M. de M. Educação, globalização e educação a distância. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n.9, p.139-58, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n9/n9a09.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO E PESQUISA ESTATÍSTICA. *Acesso à internet no Brasil atinge 94,2 milhões de pessoas*. Ibope, 2012. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Acesso-a-Internet-no-Brasil-atinge-94-milhoes-de-pessoas.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior: 2011 – Resumo Técnico*. Brasília: Inep, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sobre o IBICT*. IBICT, 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict>>. Acesso em: 15 maio 2013.
- KENSKI, V. M. Novos processos de interação e comunicação no ensino mediados pelas tecnologias. *Cadernos de Pedagogia Universitária*, São Paulo: USP, 2008.
- LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

- LÜCKE, H. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.
- MAIA, C.; MATTAR, J. *ABC da EaD: a Educação a Distância hoje*. São Paulo: Pearson, 2007.
- MILL, D.; BRITO, N. D. Gestão da Educação a Distância: origens e desafios. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)/ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EnPED). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- _____. Análise das dificuldades de educadores e gestores da Educação a Distância virtual no Brasil e em Portugal. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)/ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EnPED). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a Distância: uma visão integrada*. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; NERI, M. C. *Mapa da inclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- NISKIER, A. Os aspectos culturais e a EaD. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009.
- NUNES, I. B. A história da EaD no mundo. In: LITTO, F. M.; FROMIGA, M. (Orgs.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009.
- OKADA, A.; BARROS, D. M. Ambientes virtuais de aprendizagem aberta: bases para uma nova tendência. *Revista Digital de Tecnologia Cognitiva*, São Paulo, n.3, p.20-35, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/pdf/teccogs_n3_2010_04_artigo_OKADA&BARROS.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- PAIVA, V. M. de O. Ambientes virtuais de aprendizagem: implicações epistemológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.26, n.3, p.353-70, dez. 2010. Disponível em:

- <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a18.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2013.
- PEREIRA, J. L. O cotidiano da tutoria. In: CORRÊA, J. *Educação a Distância: orientações metodológicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PINHEIRO, L. V. R. Informação – esse obscuro objeto da ciência da informação. *Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Conhecimento e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.4, ano 2, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- PRETI, O. Apoio à aprendizagem: orientador acadêmico. In: ALMEIDA, M. E. B.; MORAN, J. M. *Integração das tecnologias na educação: salto para o futuro*. Brasília: Ministério da Educação/Seed, 2005.
- RETAMAL, D. R. C. *A gestão em cursos de educação a distância via internet: uma visão a partir dos fatores críticos de sucesso*. Porto Alegre, 2009. 164f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROCHA, H. V. da. TelEduc: software livre para a Educação a Distância. In: SILVA, M. (Org.). *Educação on-line: teoria, prática, legislação, formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003.
- ROMISZOWSKI, A. J.; ROMISZOWSKI, H. P. *Dicionário de terminologia de Educação a Distância*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/FRM Superintendência do Telecurso 2000, 1998.
- RUMBLE, G. *A gestão dos sistemas de ensino a distância*. Trad. Marília Fonseca. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- SAPUCAIA, F. dos S. *A gestão da tutoria no curso para ingressantes na escola de formação de professores no Estado de São Paulo: possibilitando novas abordagens pedagógicas em EaD*. São Paulo, 2012. 174f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. *Modelo de publicação eletrônica para países em desenvolvimento*. Scielo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?item=1&lang=pt&component=56>>. Acesso em: 12 maio 2013.

- SOUZA, R. R. *Aprendizagem colaborativa em comunidades virtuais*. Florianópolis, 2000. 104f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- TAKAHASHI, T. *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- VALDEMARIN, V. V. O discurso pedagógico como forma de transmissão do conhecimento. *Caderno Cedes*, Campinas, v.19, n.44, p.73-84, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- VAVASSORI, F. B.; RAABE, A. L. A. Organização de atividades de aprendizagem utilizando ambientes virtuais: um estudo de caso. In: SILVA, M. (Org.). *Educação on-line: teoria, prática, legislação, formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003.
- VIEIRA, E. M. F. *Fluxo informacional como processo à construção de modelo de avaliação para implantação de cursos em Educação a Distância*. Florianópolis, 2006. 184f. Tese (Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____ et al. Institucionalização da EaD nas universidades públicas: unicidade e gestão. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, São Paulo, v.11, p.64-75, 2012. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2012/artigo_05_v112012.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Ci. Inf.*, Brasília, v.29, n.2, p.71-7, maio/ago. 2000.
- ZANATTA, R. M. Educação a Distância no Brasil: aspectos legais. In: COSTA, M. L. F.; ZANATTA, R. M. (Orgs.). *Educação a Distância: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos*. Maringá: Eduem, 2008.

SOBRE AS AUTORAS

Caroline Kraus Luvizotto. Socióloga. É doutora em Ciências Sociais (2010), mestre (2003) e bacharel (2000) em Ciências Sociais pela Unesp. Desde setembro de 2013 exerce o cargo de professora assistente doutora na Unesp, campus de Bauru. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), atuando nas áreas de Sociologia e Sociologia da Comunicação. É membro titular da Comissão Assessora da Pós-Graduação (CAPG), ligada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da Unesp. É pesquisadora nos grupos de pesquisa Mídia e Sociedade e Novas Tecnologias em Informação. É membro do corpo editorial do periódico *Tram[p]as de la comunicación y la cultura* (Argentina) e revisora dos periódicos *Ambiente & Sociedade* (USP), *Revista Brasileira de Informática na Educação* (SBC), *Nuances* (Unesp), *Colloquium Humanarum* (Unoeste).

De fevereiro de 2011 a agosto de 2013 foi docente permanente do Programa de Pós-graduação em Edu-

cação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Coordenou o programa de fevereiro a agosto de 2013; a atuação em ensino e pesquisa concentrou-se nas áreas de Sociologia e Sociologia da Educação. Na mesma instituição, de janeiro de 2012 a agosto de 2013, foi docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, atuando na área de Sociologia.

É autora dos livros *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* (Fundação Editora da Unesp, 2010) e *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* (Fundação Editora da Unesp, 2009). É coautora de artigos científicos, entre eles: *As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude* (*Liinc em Revista*, v.10, p.227-40, 2014); *Educação a Distância na sociedade da informação: reflexões acerca dos processos de comunicação, ensino e aprendizagem na sala de aula virtual* (*Conexão: Comunicação e Cultura*, v.12, p.13-40, 2013); *A terceira geração da EaD e a sua influência na democratização do Ensino Superior brasileiro* (*Colloquium Humanarum*, v.9, p.624-31, 2012); *Cooperação técnica internacional: aportes teóricos* (*Revista Brasileira de Política Internacional*, v.54, p.21-50, 2011); *História e cultura afro-brasileiras no currículo de História do 6º ao 9º anos da rede oficial do estado de São Paulo* (*Teoria e Prática da Educação*, v.14, n.2, p.103-12, 2011); *Redes sociais e comunidades virtuais para a preservação e transmissão das tradições gaúchas na internet* (*Informação & Sociedade*, v.20, p.77-88, 2010).

Desde 2008, é assessora *ad hoc* da Fundação Editora UEL – Universidade Estadual de Londrina, avaliando obras nas áreas de Ciências Humanas e Ciências

Sociais Aplicadas. Desde 2013, é assessora *ad hoc* da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Fabiane Carniel. É mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – Unoeste (2013). É graduada em Letras, com habilitação em Português e Espanhol, pelo Centro de Ensino Superior de Maringá – Cesumar (2005). É docente e coordenadora do curso de Letras no Núcleo de Educação a Distância do Centro de Ensino Superior de Maringá – Nead/Unicesumar.

É coautora dos livros: *Metodologia do Ensino Superior* (Cesumar, 2011) e *Metodologia da Língua Portuguesa* (Cesumar, 2011) e dos artigos científicos: Educação a Distância na sociedade da informação: reflexões acerca dos processos de comunicação, ensino e aprendizagem na sala de aula virtual (*Conexão: Comunicação e Cultura*, v.12, p.13-40, 2013) e A terceira geração da EaD e a sua influência na democratização do Ensino Superior brasileiro (*Colloquium Humanarum*, v.9, p.624-31, 2012).

SOBRE O LIVRO

Formato: 12 x 21 cm

Mancha: 20,4 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Maria Luiza Favret

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora